

CIDEEFF

FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

| PRESTA CONTAS

Ano 2020 | Ano 2021 | Ano 2022



CIDEEFF

CIDEEFF | 2020

| PRESTA CONTAS



Índice

- ▶ Apresentação CIDEEFF | (pag. 3)
- ▶ Mensagem do Diretor | (pag. 4)
- ▶ Conheça os nossos investigadores e grupos de investigação | (pag. 5)
 - Investigadores Integrados | (pag. 6)
 - Grupo I | (pag. 7)
 - Grupo II | (pag. 8)
 - Grupo III | (pag. 9)
 - Grupo IV | (pag. 10)
 - Resultados da investigação | (pag. 11)
 - CIDEEFF participa | (pag. 12)
- ▶ Conheça as nossas publicações | (pag. 13)
 - Publicações por autor | (pag. 14)
 - Outras Publicações - Revistas | (pag. 24)
- ▶ Conferências e Seminários | (pag. 25)
- ▶ Órgãos Sociais | (pag. 26)

Apresentação | CIDEEFF

O CIDEEFF promove a investigação sobre os desafios económicos e jurídicos levantados pelo défice democrático na governança global e as crescentes assimetrias, pela necessidade de assegurar o funcionamento dos serviços públicos e pelas falhas do mercado, e pela forma como o modelo de governança europeia, com exceção dos riscos derivados do seu desempenho recente, representa um exemplo de governança no mundo inteiro. O CIDEEFF, pelo lugar geográfico estratégico que Portugal ocupa e pelo excelente acervo de investigação académica dos Institutos, dos seus membros integrados e dos seus associados, está numa posição privilegiada para analisar os novos paradigmas entre o direito e a economia.

Sedeado nas instalações da FDUL, o Centro é composto por membros integrados e investigadores associados, ligados inclusive a instituições estrangeiras. Nos últimos anos, o esforço contínuo dos institutos em reforçar as relações internacionais e a competitividade conduziu a reunir, em Portugal, um conjunto de investigadores experientes e dedicados. A colaboração e participação de diversos investigadores internacionais nos seminários, conferências internacionais, e publicações de artigos em jornais e livros conduz a um maior grau de mobilidade.

Além disso, a investigação aplicada sendo um dos principais objetivos das atividades do Centro – os profissionais, dos mundos académicos e empresarial,

com capacidades estabelecidas no campo da investigação, contribuem constantemente para o desenvolvimento do conhecimento no Centro.

O Centro rege-se pelos seguintes princípios fundamentais:

- A investigação é livre, independente e objetiva, desenvolvida a título individual ou coletivo;
- Os investigadores são responsáveis quanto aos métodos e ao resultado da investigação;
- A investigação é desenvolvida pelos membros tendo em conta um objectivo científico comum e como instrumento de melhoria da sociedade; e,
- O conhecimento é partilhado, em diálogo com diferentes disciplinas científicas e culturas.
- São objetivos estratégicos do CIDEEFF:
- Contribuir para melhorar as práticas e encontrar soluções legais adequadas que possam influenciar os decisores políticos tanto a nível internacional (OMC, FMI, Banco Mundial), regional (as instituições da UE e Estados Membros) como a nível nacional; na Lusofonia

(Brasil, Cabo Verde, Angola, Moçambique) e em países latino-americanos;

- Promover a investigação internacional realizada no Centro;
- Criar redes de investigação com universidades e académicos de diferentes países, a fim de incentivar um debate com perspectivas diferentes (por exemplo, OCDE e países em vias de desenvolvimento; Países da UE e da Lusofonia);
- Promover a publicação no Website do CIDEEFF de artigos originais (working papers e policy papers) de membros integrados e associados do CIDEEFF e de alunos de doutoramento, com peer-review;
- Promover e apoiar projetos, investigação júnior e sénior e de alunos de doutoramento;
- Facilitar a transferência de conhecimentos na comunidade académica, instituições públicas e na sociedade civil.

O Centro desenvolve o seu trabalho à volta de uma única linha de investigação, subdividida em quatro Grupos de investigação. O foco principal da investigação do CIDEEFF reside nos novos paradigmas da relação entre o direito e a economia, analisando os principais aspetos económicos, jurídicos e políticos da governança mundial na próxima década numa perspetiva multidisciplinar.

Assim, as áreas de investigação dos subgrupos são as seguintes:

- **Grupo 1** | Governança fiscal;
- **Grupo 2** | Globalização, integração económica e desenvolvimento;
- **Grupo 3** | Falhas de mercado numa economia globalizada;
- **Grupo 4** | Crises, Políticas Públicas, Política Fiscal e o Euro.

Estes Grupos, através da investigação em áreas como a área fiscal, o comércio internacional, a regulação, a supervisão e a estabilidade financeira, visam trazer à luz os principais desafios e os obstáculos económicos e jurídicos da governança mundial, assim como os conflitos entre normas regionais, nacionais e internacionais nos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, BRICS, países lusófonos, países ricos em recursos naturais e os outros.

O CIDEEFF ambiciona juntar áreas relacionadas com a integração regional económica e a economia num mundo aberto e globalizado, os desafios colocados a uma pequena economia (como é o caso de Portugal) pelo défice democrático ou a governança regional e as opções políticas para o período 2020-2024.

Mensagem do Diretor

O Centro de Investigação em Direito Europeu, Económico, Financeiro e Fiscal (Centro ou CIDEEFF) é uma unidade de investigação e desenvolvimento sediada na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) com a cooperação de dois institutos a saber - o Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal (IDEFF, criado em 2003) e o Instituto Europeu (IE, criado em 1985) (designados como os Institutos). Esta aliança interdisciplinar uniu investigadores portugueses de topo, no domínio do Direito e da Economia, e criou as bases para projetos científicos e de investigação orientados, dando-lhes desse modo a oportunidade de se evidenciar num domínio de crescente importância a nível nacional e internacional.

O CIDEEFF promove a investigação sobre os desafios económicos e jurídicos levantados pelo défice democrático na governança global e as crescentes assimetrias, pela necessidade de assegurar o funcionamento dos serviços públicos e pelas falhas do mercado, e pela forma como o modelo de governança europeia, com exceção dos riscos derivados do seu desempenho recente, representa um exemplo de governança no mundo inteiro. O CIDEEFF, pelo lugar geográfico estratégico que Portugal ocupa e pelo excelente acervo de investigação académica dos Institutos, dos seus membros integrados e dos seus associados, está numa posição privilegiada para analisar os novos paradigmas entre o direito e a economia.



Professor Doutor
Eduardo Pais Ferreira

Conheça os nossos investigadores
e GRUPOS DE INVESTIGAÇÃO

INVESTIGADORES INTEGRADOS

Conheça os nossos **Investigadores associados** em:

<https://www.cideeff.pt/pt/quem-somos/investigadores-associados/>



Professor Doutor
Eduardo Paz Ferreira



Professor Doutor
Carlos Lobo



Professor Doutor
Guilherme d'Oliveira Martins



Professor Doutor
Marco Capitão Ferreira



Professor Doutor
Miguel Patrício



Professora Doutora
Ana Paula Dourado



Professora Doutora
Clotilde Celorico Palma



Professor Doutor
José Renato Gonçalves



Professor Doutor
Miguel Moura e Silva



Professor Doutor
Miguel Sousa Ferro



Professor Doutor
Nuno Cunha Rodrigues



Professora Doutora
Paula Vaz Freire



Professor Doutor
Pedro Infante da Mota



Professora Doutora
Nazaré Costa Cabral



Professora Doutora
Paula Rosado Pereira



Professor Doutor
Paulo Alves Parda



Professora Doutora
Rute Saraiva

GRUPO I Governança Fiscal

A Investigadora principal deste grupo é a Profa. Doutora Ana Paula Dourado. Este Grupo tem como objetivo investigar os desafios atuais que a os impostos trazem para as economias globais, regionais e nacionais da OCDE, UE, BRICSs e países em desenvolvimento (especialmente lusófonos). Visa propor soluções políticas e jurídicas com dimensão global, regional e/ou nacional em conformidade com o Estado de Direito, com os direitos fundamentais dos contribuintes e com igualdade de condições entre os Estados. São consideradas, especialmente, as dificuldades únicas que os países em desenvolvimento enfrentam.

Este Grupo irá desenvolver 3 projetos em simultâneo no período 2020-2024:

- **Projeto 1** | Governança fiscal e validade das normas internacionais
- **Projeto 2** | A boa governança fiscal da UE enquanto boa prática
- **Projeto 3** | Patriotismo e evasão fiscal



GRUPO II Globalização, Integração Económica e Desenvolvimento

O Investigador principal deste Grupo é o Prof. Doutor Pedro Infante Mota. O Grupo está organizado de forma a investigar e definir políticas e soluções jurídicas para o acesso aos recursos naturais, os efeitos do comércio internacional na sustentabilidade dos recursos naturais, o impacto ambiental do comércio de recursos ('maldição dos recursos naturais') e o preço dos recursos volatibilidade, tendo em conta os desafios enfrentados pelos Estados-Membros da UE, BRICs, Países em Desenvolvimento (especialmente Lusófonos) e EUA.

Um dos resultados mais significativos deste grupo é a publicação do seu investigador principal, Prof. Pedro Infante Mota, do seu livro sobre a Resolução de Litígios da OMC. Em conformidade, esse Grupo irá desenvolver três projetos em simultâneo no período 2020-2024:

- **Projeto 1** | Comércio Internacional e o Acesso aos Recursos Naturais
- **Projeto 2** | Acordos Comerciais Preferenciais e Boa Governança
- **Projeto 3** | Comércio Internacional e Normas Internacionais

GRUPO III Falhas de mercado numa economia globalizada

O Investigador principal deste Grupo é o Prof. Doutor Miguel Moura e Silva.

A riqueza e desigualdade de rendimentos no mundo, os desafios globais impostos pela crise climática, a regulamentação da Big Tech e as suas implicações económicas, sociais e culturais e a recuperação pós-pandémica criam desafios à ordem económica global estruturada segundo uma lógica de mercado livre e de uma baixa intervenção governamental como a melhor forma de atingir o crescimento económico. Este Grupo combina soluções políticas e jurídicas com percepções da economia e ciência política. Desenvolve novas abordagens para encontrar soluções adequadas no contexto de mercados competitivos, dando voz aos valores sociais.

Destaca-se, no quadro de investigação deste Grupo, a publicação da Revista da Lei da Concorrência e Regulação, em cooperação com a Autoridade da Concorrência, garantindo a participação de investigadores de todo o mundo.

O curso de pós-graduação em Direito e Regulação da Concorrência, com uma próxima 15ª edição em 2021, continua a proporcionar o curso mais aprofundado da área em Portugal, reunindo académicos de diferentes formações, na sua maioria advogados e economistas, da prática privada e funcionários dos reguladores.



GRUPO IV Crises, Políticas Públicas, Política Fiscal e o Euro

O Investigador Principal deste Grupo é a Profa. Doutora Nazaré da Costa Cabral.

Este grupo tem como objetivo analisar as duas crises (a dívida soberana e as crises pandémicas) que atingiram o E(M)U nas últimas décadas e discutir a eficácia e o impacto das respostas de políticas destinadas a enfrentá-las.

O Grupo investiga as perspetivas futuras para as políticas monetárias e orçamentais na UEM, em particular as perspetivas para a Governança Económica Europeia, incluindo a revisão das regras orçamentais europeias e do seu quadro jurídico (por exemplo, o Pacto de Estabilidade).

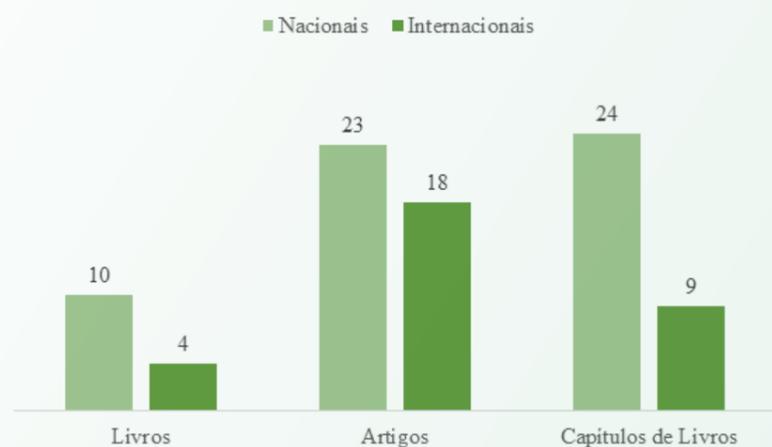
Este Grupo irá desenvolver 4 projetos em simultâneo no período 2020-2024:

- **Projeto 1** | A resposta europeia à crise
- **Projeto 2** | A crise e a política de reforma: reconstruir o estado social e o modelo social europeu
- **Projeto 3** | Transparência orçamental
- **Projeto 4** | Instituições Públicas de Auditoria: experiência comparada durante a crise.

RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO | Publicações

No ano de 2020, os investigadores do CIDEEFF, realizaram uma totalidade de 85 publicações, entre livros, artigos ou participação em capítulos de livros, tanto nacionais como internacionais.

Gráfico 1. Publicações 2020 (tipo)



CIDEEFF Participa

Para além da investigação desenvolvida no CIDEEFF, pelos vários Investigadores, o CIDEEFF colabora ainda em dois projetos financiados pela FCT, em parceria com o Centro de Estudos Sociais e o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE.

Tabela 1. Projetos em que o CIDEEFF está envolvido

Nome do Projeto	Investigador responsável	Centros parceiros do Projeto	Ano de fim do projeto	Grupo de investigação a que pertence
<p>ART 63</p> <p>O direito à segurança social e a crise - O retrocesso social como normalização do estado de exceção financeira</p>	<p>Prof. Doutor Marco Capitão Ferreira</p>	<p>Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra</p> <p>Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE</p>	<p>30 de maio de 2022</p>	<p>Grupo IV: Crises, Políticas Públicas, Política Fiscal e o Euro</p>
<p>EmployALL</p> <p>A crise do emprego e o Estado Social em Portugal: deter a produção de vulnerabilidades sociais e de desigualdades</p>	<p>Professor Doutor Renato Miguel do Carmo (ISCTE)</p>	<p>Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra</p> <p>Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE</p>	<p>31 de março de 2022</p>	<p>Grupo IV: Crises, Políticas Públicas, Política Fiscal e o Euro</p>



Conheça as nossas
PUBLICAÇÕES

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor



Professor Doutor
Eduardo Paz Ferreira

ENSAIO DE FINANÇAS PÚBLICAS

| Almedina, Lisboa, 2020.

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor



Professora Doutora
Ana Paula Dourado

SOCIEDADES MULTICULTURAIS E CIDADANIA REAL NUMA ERA DISTÓPICA

| Livro em Homenagem a Jorge Carlos Fonseca, 2020.

A PLEAD FOR THE EU FISCAL AUTONOMY

| Co-autora com Miguel Poiães Maduro, Intertax, issue 8/9, 2020.

COVID-19: FISCAL POLICIES AND MULTILATERALISM

| Intertax, issue 6/7, 2020.

TAXES AND REGULATION

| Co-autora com Alice Pirlot, Intertax, issue 4, 2020.

AGGRESSIVE TAX PLANNING AND HARMFUL TAX COMPETITION

| *Research Handbook on European Union Taxation Law*, C. Panayi et al. (eds. Elgar) 2020.

ART. 254, IN JORGE MIRANDA E RUI MEDEIROS CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA ANOTADA , VOL. III

| Co-autora com Paulo Marques, Universidade Católica Editora, 2020.

[...]

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor



Professora Doutora
Ana Paula Dourado

[...]

ART. 238, IN JORGE MIRANDA E RUI MEDEIROS CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA ANOTADA, VOL. III

| Co-autora com Paulo Marques, Universidade Católica Editora, 2020.

THE GLOBAL ANTI-BASE EROSION PROPOSAL (GLOBE) IN PILLAR II

| Intertax vol 48 issue 2, 2020.

THE OECD UNIFIED APPROACH AND THE NEW INTERNATIONAL TAX SYSTEM: A HALF- WAY SOLUTION

| Intertax Vol 48 issue 1, 2020.

DIREITO FISCAL

| Almedina, 5.ª edição, 2020.

INTERNATIONAL AND EU TAX MULTILATERALISM: CHALLENGES RAISED BY THE MLI

| (Ed.), IBFD, 2020.

INTERNATIONAL TAX MULTILATERALISM OR REINFORCED UNILATERALISM?

| in Dourado, A. P. (Ed.) (2020), International and EU Tax Multilateralism: Challenges Raised by the MLI, IBFD, 2020.

THE EC TAX PACKAGE: THE CONDITION OF FORESEEABLE RELEVANCE, GROUP REQUESTS AND DATA BREACHES

| Intertax, 48(11), 2020.

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor



Professora Doutora
Clotilde Celorico de Palma

INTRODUÇÃO AO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO ANGOLANO

| Cadernos IDEFF Internacional n.º6, Almedina/IDEEFF, Março de 2020.

CIDADANIA, EDUCAÇÃO, MORAL TRIBUTÁRIA E COESÃO SOCIAL EM TEMPOS DE COVID-19

| Economic Analysis of Law Review, Vol 11, N.º 2 (2020) ISSN 2178-0587.

ESTUDOS DE IVA V

| Almedina, Janeiro de 2020.

A JOANINHA E O COVID-19, UMA HISTÓRIA DE SAÚDE PÚBLICA PARA CRIANÇAS

| Coautora com Rita Celorico Palma Ramos, Ordem dos Contabilistas Certificados, Abril de 2020.

JOANINA Y LA COVI-19 –UNA HISTORIA DE EDUCACION SANITARIA PARA NINOS

| Adaptação a Espanha, coautora com Rita Celorico Palma Ramos e Juan Calvo Vérgez, CIDEEFF, ISCAL/OCC, Abril de 2020.

ALGUMAS NOTAS SOBRE O PRINCÍPIO DA NEUTRALIDADE FISCAL NO MODELO DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO NA UNIÃO EUROPEIA

| Princípios Constitucionais Tributários, Abril 2020.

AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E CIDADANIA FISCAL – O CASO DE PORTUGAL E DO PROJECTO DE EDUCAÇÃO E CIDADANIA FISCAL

| Políticas de Cidadania e Educação Fiscal, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto de Luanda, Junho 2020.

A INTRODUÇÃO DO IVA NA GUINÉ – ALGUMAS REFLEXÕES

| Em co-autoria com Denilaidé Cunha, Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal, 2.º trimestre de 2020.

CASO FRENETIKEXITO ATIVIDADES TERAPÊUTICAS E SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO - COMO DA LUZ SE PODE FAZER ESCURIDÃO

| Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal, 1.º trimestre de 2020.

A TRIBUTAÇÃO DA ACTIVIDADE AGRÍCOLA – ASPECTOS ESSENCIAIS

| Obra colectiva on line Direito Agrário e Sustentabilidade, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor



Professor Doutor
Guilherme d' Oliveira Martins

DIREITO DOS TRANSPORTES FERROVIÁRIOS EM PORTUGAL À LUZ DO NOVO CONTRATO DE SERVIÇO PÚBLICO

| In *Temas do Direito dos Transportes V*, Págs. 329-360, 2020.

O PRINCÍPIO DA IGUALDADE FISCAL NAS CONSTITUIÇÕES LUSÓFONAS – ANÁLISE COMPARATIVA PRÉVIA

| Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal – Ano XI – 4, 227- 250, 2020.

**INTEGRAÇÃO DO “SOVEREIGN CREDIT DEFAULT SWAPS” E DERIVADOS DE CRÉDITO NA LEGISLAÇÃO ORÇAMENTAL PORTUGUESA:
ESTUDO DAS IMPLICAÇÕES DO CONCEITO DE RISCO ORÇAMENTAL**

| Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal- Ano XII- 1/4, 2020.

TAX SYSTEM IN TIMES OF CRISIS: THE CASE OF THE COVID-19 PANDEMIC, LUSÍADA

| Economia & Empresa. n.º 28 (2020), 119-140, 2020.

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor



Professor Doutor
José Renato Gonçalves

INTERNACIONALIZAÇÃO, MUNDIALIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO: CONCEITOS AINDA EM CONSOLIDAÇÃO

| In AA VV, *Globalização como Problema – Temas de Estudos Globais, Coleção de Estudos Globais: Compreender a Globalização, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra*, ISBN: 978-989-26-1983-5, pp. 23-54, 2020.

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor



Professor Doutor
Miguel Moura e Silva

DIREITO INTERNACIONAL ECONÓMICO: NOTAS SOBRE O ESTADO DA ARTE DA DISCIPLINA

| In, Monte, Mário Ferreira; Freitas da Rocha, Joaquim; Pereira, Maria de Assunção do Vale (Orgs.),
Almedina, Coimbra, 2020, pp. 1195-1236, 2020.

COLETÂNEA DE DIREITO INTERNACIONAL ECONÓMICO

| AAFDL, Lisboa, 2020.

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor



Professor Doutor
Miguel Patrício

ANÁLISE ECONÓMICA DO RISCO APLICADA À ACTIVIDADE SEGURADORA

| In: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Ano LXI, 2, pp. 447-477, 2020.

CONDUÇÃO AUTÓNOMA: ASPECTOS TÉCNICOS, LEGAIS E ÉTICOS

| In: LUPION, Ricardo; ARAÚJO, Fernando (Orgs.) – Direito, Tecnologia e Empreendedorismo: uma Visão Luso-Brasileira.
Porto Alegre, Editora Fi, pp. 495-522, 2020.

A «NOVA» ECONOMIA DE PARTILHA E O ALOJAMENTO LOCAL

| In: LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes (Coord.) – I Congresso do Alojamento Local.
Coimbra, Almedina, pp. 11-33, 2020.

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor

Professora Doutora
Nazaré Costa Cabral**O IMPACTO ECONÓMICO DA CRISE DO COVID 19 E AS MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO A NÍVEL NACIONAL E EUROPEU**

| Revista da Faculdade de Direito da Universidade Lisboa, Ano LXI(1), pp.507-518, 2020.

A CRISE DA COVID-19 E O FUTURO DAS FINANÇAS PÚBLICAS PORTUGUESAS: A NECESSIDADE DE UM CÍRCULO VIRTUOSO ENTRE RETOMA ECONÓMICA E CONDIÇÕES FAVORÁVEIS DE ACESSO A FINANCIAMENTO

| Revista Militar N.º 10 (2020), pp. 801-806, 2020.

DESPESA PÚBLICA EM PORTUGAL: PROBLEMAS ATUAIS E DESAFIOS FUTUROS

| Boletim de Ciências Económicas LXIII (2020), p. 1-22, 2020.

EFEITOS IMEDIATOS E ESTRUTURAIS DA CRISE PANDÊMICA EM PORTUGAL: QUE RESPOSTAS PARA O FUTURO?

| Carlos Paolo Taboada et al. (Orgs.), Finanças Públicas, Direito Financeiro e Direito Tributário em Tempos de Pandemia, Editora d' Plácido: Belo Horizonte, S. Paulo, pp. 525-536, 2020.

EFEITOS ECONÓMICOS DA COVID-19 E O PAPEL DA UNIÃO EUROPEIA| Co-autora com Miguel St. Aubyn e Carlos Marinheiro, *Um vírus que nos (re)une – Reflexões da FEUC, Vida Económica : Porto*, pp. 133-136, 2020.**'MIGRANTS' ACCESS TO SOCIAL PROTECTION IN PORTUGAL**| Jean-Michel Lafleur and Daniela Vintila (eds.), *Migration and Social Protection in Europe and Beyond (Volume 1) Comparing Access to Welfare Entitlements*, Springer, pp. 267-278, 2020.**ECONOMIA DA UNIÃO MONETÁRIA**

| Prefácio à versão portuguesa de Paul de Grauwe, Coimbra: Almedina, 2020.

MONETARY AND FISCAL INTEGRATION

| Report of the conference "The euro 20 years on – The début, the present and the aspirations for the future", Banco de Portugal: Lisboa, pp. 38-42, 2020.

THE EUROPEAN MONETARY UNION AFTER THE CRISIS – FROM A FISCAL UNION TO A FISCAL CAPACITY

| Routledge, London and New York, 2020.

FINANÇAS DOS SUBSECTORES – SEGURANÇA SOCIAL, FINANÇAS REGIONAIS E LOCAIS

| Em coautoria com Nuno Cunha Rodrigues, 2.ª ed. revista e atualizada, Almedina, Coimbra, 2020.

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor



Professor Doutor
Miguel Sousa Ferro

OTIS: ANOTHER GREAT JUDGMENT ON PRIVATE ENFORCEMENT FROM THE CJEU... BUT IT COULD BE BETTER

| Co autoria com Oliveira e Costa, G., Competition Policy International 2020.

MARINE HARVEST: WHERE THERE'S SMOKE, THERE'S GUN-JUMPING

| Op-Ed in EU Law Live, 5 March 2020.

INDEPENDENCE IN THE ENFORCEMENT OF EU COMPETITION LAW: THOUGHTS ON INSTITUTIONAL REFORM AND COHERENCE

| In CHARBIT, N. & AHMAD, S. (eds.), Richard Whish – Taking Competition Law Outside the Box: Liber Amicorum, Concurrences, 2020, p. 271.

PORTUGUESE COMPETITION LAW GOES PRIVATE: TWO YEARS INTO THE TRANSPOSITION OF THE DAMAGES DIRECTIVE

| Co autoria com Leitão, R. L., (2020) 2 European Competition and Regulatory Law Review 147.

THE SYSTEM FOR EU ANTITRUST ENFORCEMENT IS MISGUIDED AND UNFAIR—LET'S CHANGE IT

| (2020) 11(8) Journal of European Competition Law and Practice 413.

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor



Professor Doutor
Nuno Cunha Rodrigues

FINANÇAS DOS SUBSECTORES - FINANÇAS DA SEGURANÇA SOCIAL, REGIONAIS E LOCAIS

| Organizador, Almedina, 9789724087610, 2020.

THE FUTURE OF PENSIONS PLANS IN THE EU INTERNAL MARKET

| Organizador, Springer, 978-3-030-29496-0, 2020.

CASOS PRÁTICOS DE DIREITO DA ECONOMIA

| Coordenador, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 978-972-629-598-3, 2020.

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor



Professora Doutora
Paula Rosado Pereira

TEMAS DE IRS – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS, TRIBUTAÇÃO E GARANTIAS

| Coordenadora e co autora, Almedina, Coimbra, 2020.

AS DIVERSAS VERTENTES DO PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E O IRS

| In Paula Rosado Pereira (Coord.) – Temas de IRS – Princípios Constitucionais, Tributação e Garantias, Almedina, Coimbra, 2020, pp. 9-80.

TRIBUTAÇÃO DOS RENDIMENTOS DO ALOJAMENTO LOCAL

| In Luís Menezes Leitão (Coord.) – I Congresso do Alojamento Local, Almedina, Coimbra, 2020, pp. 163-184.

ASPETOS FISCAIS DA RETRIBUIÇÃO – TRIBUTAÇÃO DOS RENDIMENTOS DO TRABALHO DEPENDENTE

| In Pedro Romano Martinez / Luís Gonçalves da Silva (Coord.)- Estudos do Instituto de Direito do Trabalho, Volume VIII, Almedina, Coimbra, 2020, pp. 183-207.

PERSPETIVAS BRASILEIRA E PORTUGUESA SOBRE O PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE NA TRIBUTAÇÃO DO RENDIMENTO

| *Publicado na Revista Jurídica Luso-Brasileira - RJLB, Centro de Investigação de Direito Privado da FDUL, Ano 6, n.º 4, 2020, pp. 2269-2288.*

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor



Professora Doutora
Paula Vaz Freire

CONTRATO DE SEGURO E EFICIÊNCIA ECONÓMICA

| In Ricardo Lupion & Fernando Araújo (Orgs.), Direito, Tecnologia e Empreendedorismo.
Uma Visão Luso-Brasileira, Porto Alegre, RS, Brasil: Editora Fi, 2020, pp. 558-578.

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor



Professor Doutor
Paulo Alves Pardal

REGULAÇÃO E AGRICULTURA: AS INSTÂNCIAS REGULATÓRIAS ESTADUAIS EM MATÉRIA AGRÍCOLA

| In AA.VV., *Garantia de Direitos e Regulação: Perspetivas de Direito Administrativo* (coord. Carla Amado Gomes, Ricardo Pedro, Rute Saraiva e Fernanda Maçãs), AAFDL, 2020.

AS MEDIDAS DE EMERGÊNCIA NO SETOR AGRÍCOLA

| In AA.VV., *Direito Administrativo de Necessidade e de Exceção* (coord. Carla Amado Gomes e Ricardo Pedro), AAFDL 2020.

DIREITO DA ECONOMIA

| Em coautoria com Luís Morais e Nuno Cunha Rodrigues, Vol. I, AAFDL, 1ª reimpressão, 2020.

NÓTULAS SOBRE O IMPACTO ECONÓMICO DA COVID-19

| *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Ano LXI, nº I (Número Temático: Covid-19 e o Direito), 2020.

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor

Professora Doutora
Rute Saraiva**AUTONOMIA DA VONTADE E CONSUMO DE TABACO: UM OLHAR CRÍTICO E COMPORTAMENTAL SOBRE A JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA**

| In Luciano Santos Lopes, Alana Guimarães Mendes (org.) *A proteção penal da economia e da supraindividualidade: avanços e retrocessos*, D'Plácido Editora, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2020. ISBN – 9786555891249.

A PROTECÇÃO DA PESSOA IDOSA CONTRA ABUSOS FINANCEIROS

| In Carla Amado Gomes e Ana Neves (org.) *O Direito e direitos dos idosos*, ICJP/CIDP, AAFDL, Lisboa, 2020. ISBN – 9789726294016.

ECONOMIA SOCIAL E PANDEMIA COVIDIANA: TWILIGHT ZONE 2.0?

| In Carla Amado Gomes e Ricardo Pedro (coord.) *Direito Administrativo de Necessidade e Excepção*, AAFDL, Lisboa, 2020. ISBN: 9789726295525.

FAST & FURIOUS 10.0. O ENSINO DO DIREITO E A TECNOLOGIA: A ACELERAÇÃO FORÇADA PELA PANDEMIA COVIDIANA NA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, EM ESPECIAL

| In Ricardo Lupion e Fernando Araújo (org.) *Direito, Tecnologia e Empreendedorismo*, Editora Fi, Porto Alegre, Brasil, 2020, pp. 603-686. ISBN: 978-65-87340-25-8.

ANÁLISE ECONÓMICA DO DIREITO DA FAMÍLIA: ALGUMAS NÓTULAS E QUESTÕES

| In Miriam Brigas (org.) *I Pós-Graduação De História Do Direito Da Família - A Herança Histórico-Jurídica e a Perspectiva Interdisciplinar*, AAFDL, 2020. ISBN 9789726296089.

FISCALIDADE AMBIENTAL

| E-publica, Vol. 7, n.º 2, 2020, pp. 189-218. ISSN 2183-184X.

UMA LEITURA DE ECONOMIA COMPORTAMENTAL DA CRISE COVIDIANA

| RFDUL, n.º 1, 2020, pp. 747-792. ISSN – 0870-3116.

A INTERPRETAÇÃO NO MOMENTO AMBIENTAL

| RFDUL, n.º 2, 2020, pp. 647-681. ISSN – 0870-3116.

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor

Professor Doutor
Pedro Infante da Mota**O ACORDO DA OMC SOBRE CONTRATOS PÚBLICOS E OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO**

| Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Wladimir Brito, Mário Ferreira Monte / Joaquim Freitas da Rocha / Maria da Assunção do Vale Pereira ed., Almedina, 2020, pp. 1367-1385.

ARTICLE 205

| Treaty of Lisbon Article-By-Article Commentary on the European Union Treaties, Manuel Lopes Porto / Gonçalo Anastácio ed., Almedina, 2020, pp. 898-900.

O “CONTÁGIO” DA GLOBALIZAÇÃO (ECONÓMICA) PELA COVID- 19

| in Lisbon Law Review, 2020/1 (Número Temático: COVID-19 e o Direito), pp. 589-617.

A FRAGMENTAÇÃO INTERNACIONAL DA PRODUÇÃO

| In Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal, Ano XI, N.º 4, 2020, pp. 83-139.

OS ACORDOS DE INTEGRAÇÃO ECONÓMICA

| in Temas de Integração, N.º 40, Almedina, 2020, pp. 152-204.

MIGRAÇÃO ECONÓMICA, A ÚLTIMA FRONTEIRA, IN LISBON LAW REVIEW

| 2020/2, pp. 551-582.

OS ACORDOS MEGA-REGIONAIS: UMA NOVA ORDEM COMERCIAL MUNDIAL?

| In Boletim de Ciências Económicas, Volume LXIII, 2020, pp. 37-187.

COLETÂNEA DE DIREITO INTERNACIONAL ECONÓMICO

| Em coautoria com o Prof. Miguel Moura e Silva), Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2020, 704 páginas.

PUBLICAÇÕES | Outras Publicações

Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal



A capacidade de apreciar de forma isenta e informada o modo como os dinheiros públicos são geridos e como se organiza a colaboração dos cidadãos na cobertura dos gastos públicos, através dos impostos, constitui pressuposto de cidadania. Aos académicos e profissionais cabe um papel fundamental na discussão, análise e crítica dos grandes desafios que se colocam a uma área em profunda transformação, desafiada pelo esbatimento das diferenças entre a gestão pública e a privada, pela crescente internacionalização da economia e pelas inovações tecnológicas. A Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal funciona como um espaço de debate independente e qualificado.

O conjunto de personalidades nacionais e estrangeiras que aceitaram, a diversos títulos, colaborar com o projeto concede-lhe um aval de qualidade e constitui-nos na obrigação de corresponder à sua confiança, bem como às expectativas da comunidade científica e profissional.

Números publicados 2020:

- Nº4 XI
- Nº3 XII

Revista de Concorrência & Regulação



A Revista de Concorrência e Regulação nasce no início de 2010 como um projeto assumidamente original, tendo como ponto de partida a cooperação científica entre um Instituto Universitário (o Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito de Lisboa – IDEFF) e a Autoridade Portuguesa da Concorrência (ADC).

Independentemente desse ponto de partida, trata-se de um projeto aberto à colaboração ativa de todas as entidades de alguma forma envolvidas – a título individual ou institucional – na elaboração científica e na análise de problemas de direito da concorrência e de regulação sectorial da economia.

O projeto da Revista de Concorrência e Regulação assume como propósito não recear as incertezas que se perfilam no nosso atual horizonte e, pelo contrário, assume-as como uma oportunidade para gerar o aperfeiçoamento continuado dos meios de defesa do funcionamento equilibrado dos mercados, gerando os maiores e mais alargados benefícios possíveis para a comunidade dos cidadãos. A chave para a boa utilização dessa oportunidade reside na discussão científica, crítica, exigente e plural dos principais problemas nos domínios da concorrência e da regulação económica. Essa discussão representa todo o programa da Revista.

Números publicados 2020:

- Nº42 & Nº43
- Nº41
- Nº40

Conferências e Seminários

No ano de 2020, o CIDEEFF, realizou um total de 13 conferências. Considerando o ano atípico, devido ao surgimento da pandemia e ao confinamento que nos foi imposto, a estrutura de trabalho do centro deparou-se com uma nova realidade, passando a realizar grande parte das conferências de 2020 de forma online, de forma a continuar a promover o debate dos temas mais atuais, com os quais somos confrontados diariamente.



10 de janeiro de 2020

THE ONGOING REFORM OF THE INTERNATIONAL TAX SYSTEM

[ver no site](#)

20 de janeiro de 2020

O ÚLTIMO ANO DE TRUMP?

[ver no site](#)



27 de janeiro de 2020

XXIII REUNIÃO DA REDE DE PESQUISA "INTEGRAÇÃO, ESTADOS E GOVERNANÇA"

[ver no site](#)



28 de fevereiro de 2020

THE FUTURE OF PENSIONS PLANS IN EUROPE

[ver no site](#)



25 de maio de 2020

FINANÇAS PÚBLICAS E POLÍTICAS FISCAIS EM TEMPOS DE COVID-19

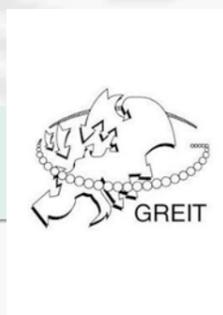
[ver no site](#)



22 a 26 de junho de 2020

THE 12TH GREIT LISBON SUMMER COURSE EU EU recent developments on taxation: follow-up

[ver no site](#)



12 de novembro de 2020

CICLO DE CONFERÊNCIAS - A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA
I. COVID-19: o regresso da peste?

[ver no site](#)

18 de novembro de 2020

CICLO DE CONFERÊNCIAS - A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA
II. Como olhamos para a União Europeia hoje?

[ver no site](#)



26 de novembro de 2020

CICLO DE CONFERÊNCIAS - A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA
III. A Europa Social: o combate às desigualdades.

[ver no site](#)



2 de dezembro de 2020

CICLO DE CONFERÊNCIAS - A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA
IV. União Europeia: novas respostas financeiras.

[ver no site](#)



10 de dezembro de 2020

CICLO DE CONFERÊNCIAS - A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA
V. União Europeia, Estado de Direito e Direitos Humanos: os Direitos também se abatem?

[ver no site](#)



12 de novembro de 2020

CICLO DE CONFERÊNCIAS - A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA
VI. Transição digital: o mundo em mudança?

[ver no site](#)



Órgãos Sociais

Conselho Diretivo

Diretor

Prof. Doutor Eduardo Paz Ferreira

Vice-Diretores

Prof. Doutor José Renato Gonçalves

Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues

Vogais do Conselho Diretivo

Profa. Doutora Ana Paula Dourado

Profa. Doutora. Nazaré da Costa Cabral

Prof. Doutor. Miguel Moura e Silva

Prof. Doutor. Pedro Infante Mota

Conselho Científico

Constituído pelos Doutores do Grupo de Ciências Jurídicas-Económicas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Comissão Externa de Acompanhamento

Constituída por reputados Cientistas e Investigadores Portugueses e estrangeiros na área do Direito Europeu, Económico, Financeiro e Fiscal.

CIDEEFF | 2021

| PRESTA CONTAS



Índice

- ▶ Apresentação CIDEEFF | (pag. 29)
Mensagem da Diretora | (pag. 30)

- ▶ Conheça os nossos grupos e projetos de investigação | (pag. 31)
Investigadores Integrados | (pag. 32)
Grupo I | (pag. 33)
Grupo II | (pag. 40)
Grupo III | (pag. 44)
Grupo IV | (pag. 46)
Projetos transversais | (pag. 52)

- ▶ Conheça as nossas publicações | (pag. 53)
CIDEEFF Working Papers | (pag. 54)
Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal | (pag. 55)
Revista de Concorrência & Regulação | (pag. 56)
Publicações por autor | (pag. 57)

- ▶ Conferências e Seminários | (pag. 63)

- ▶ Órgãos Sociais | (pag. 66)

Apresentação | CIDEEFF

Interdisciplinar, Internacional, Inovador

Colocamos as perguntas fundamentais sobre o Direito e a Economia e investigamos as questões pioneiras.

Promovemos a investigação interdisciplinar, comparada e inovadora, sobre os novos paradigmas do direito e da economia: estudamos os grandes desafios económicos e jurídicos colocados à soberania nacional e europeia, à governança mundial, ao crescimento sustentável e à justiça internacional.

Os nossos projetos analisam e trazem contributos para os problemas jurídico-económicos e éticos levantados pela revolução digital e pela crise climática; pelo défice democrático na governança global e as crescentes assimetrias mundiais; pelas falhas de um funcionamento transparente, independente e eficaz dos serviços públicos e da justiça, os quais são condições da democracia liberal; e pelas falhas do mercado.

As nossas atividades são orientadas pela investigação aplicada, na interseção entre a academia, instituições nacionais, europeias e internacionais, e o mundo empresarial.

Na investigação dos desafios elencados guiamo-nos pelo paradigma da cooperação multilateral, acreditamos na justiça internacional como reconhecimento do outro, e no modelo de governança eu-

ropeia, que, embora não sendo perfeito, representa um exemplo de governança para o mundo inteiro.

Promovemos a criatividade e o debate intelectual aberto e plural através de seminários, webinars, conferências, bases de dados, relatórios, working papers submetidos a peer-review, em acesso aberto, da Revista de Finanças Públicas e Direito Financeiro, da Revista de Regulação e Concorrência, e publicações em revistas e livros de editoras com revisão anónima por pares e academicamente reconhecidas.

Sedeado nas instalações da FDUL, o CIDEEFF é composto pelos doutores do Grupo de Ciências Jurídico-Económicas (membros integrados) e por investigadores associados, nacionais e estrangeiros, nas áreas do Direito Fiscal, Direito Internacional Económico, Direito da Regulação e Concorrência e Finanças Públicas e Direito Financeiro.

Regemo-nos pelos seguintes princípios fundamentais:

- A investigação é livre, independente e objetiva, desenvolvida a título individual ou coletivo;
- Os investigadores são responsáveis quanto aos métodos e ao resultado da investigação;

- A investigação é desenvolvida pelos membros tendo em conta um objetivo científico comum e como instrumento de melhoria da sociedade; e,
- O conhecimento é partilhado, em diálogo com diferentes disciplinas científicas e culturas.
- São objetivos estratégicos do CIDEEFF:
 - Contribuir para melhorar as práticas e encontrar soluções legais adequadas que possam influenciar os decisores políticos tanto a nível internacional (OMC, FMI, Banco Mundial), regional (as instituições da UE e Estados Membros) como a nível nacional; na Lusofonia (Brasil, Cabo Verde, Angola, Moçambique) e em países latino-americanos;
 - Promover a investigação internacional realizada no Centro;
 - Criar redes de investigação com universidades e académicos de diferentes países, a fim de incentivar um debate com perspetivas diferentes (por exemplo, OCDE e países em vias de desenvolvimento; Países da UE e da Lusofonia);

Ana Paula Dourado
Diretora do CIDEEFF



- Promover a publicação no Website do CIDEEFF de artigos originais (working papers) de membros integrados e associados do CIDEEFF e de alunos de doutoramento, com peer-review;
- Promover e apoiar projetos, investigação júnior e sénior e de alunos de doutoramento;
- Facilitar a transferência de conhecimentos na comunidade académica, instituições públicas e na sociedade civil.

O Centro desenvolve o seu trabalho à volta de uma única linha de investigação, subdividida em Grupos de investigação.

Neste momento, as áreas de investigação dos subgrupos são as seguintes:

- **Grupo 1** | Governança fiscal;
- **Grupo 2** | Globalização, integração económica e desenvolvimento;
- **Grupo 3** | Falhas de mercado numa economia globalizada;
- **Grupo 4** | Crises, Políticas Públicas, Política Fiscal e o Euro.

Mensagem da Diretora

O Centro de Investigação em Direito Europeu, Económico, Financeiro e Fiscal (Centro ou CIDEEFF) é uma unidade de investigação e desenvolvimento sediada na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) com a cooperação de dois institutos a saber- o Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal (IDEEF, criado em 2003) e o Instituto Europeu (IE, criado em 1985) (designados como os Institutos). Esta aliança interdisciplinar uniu investigadores portugueses de topo, no domínio do Direito e da Economia, e criou as bases para projectos científicos e de investigação orientados, dando-lhes desse modo a oportunidade de se evidenciar num domínio de crescente importância a nível nacional e internacional.

O CIDEEFF promove a investigação sobre os desafios económicos e jurídicos levantados pelo défice democrático na governança global e as crescentes assimetrias, pela necessidade de assegurar o funcionamento dos serviços públicos e pelas falhas do mercado, e pela forma como o modelo de governança europeia, com excepção dos riscos derivados do seu desempenho recente, representa um exemplo de governança no mundo inteiro. O CIDEEFF, pelo lugar geográfico estratégico que Portugal ocupa e pelo excelente acervo de investigação académica dos Institutos, dos seus membros integrados e dos seus associados, está numa posição privilegiada para analisar os novos paradigmas entre o direito e a economia.



Professora Doutora
Ana Paula Dourado

Conheça os nossos investigadores
e GRUPOS DE INVESTIGAÇÃO

INVESTIGADORES INTEGRADOS



Professora Doutora
Ana Paula Dourado



Professor Doutor
Carlos Lobo



Professora Doutora
Clotilde Celorico Palma



Professora Doutora
Nazaré Costa Cabral



Professor Doutor
Guilherme d'Oliveira Martins



Professora Doutora
Rute Saraiva



Professor Doutor
José Renato Gonçalves



Professora Doutora
Paula Rosado Pereira



Professor Doutor
Pedro Infante da Mota



Professor Doutor
Marco Capitão Ferreira



Professor Doutor
Nuno Cunha Rodrigues



Professor Doutor
Miguel Moura e Silva



Professor Doutor
Paulo Alves Pardal



Professor Doutor
Miguel Patrício



Professora Doutora
Paula Vaz Freire



Professor Doutor
Miguel Sousa Ferro

Diretor Emérito

Professor Doutor
Eduardo Paz Ferreira



Conheça Também os nossos
[Investigadores associados](#)

GRUPO I | Governança Fiscal

A Investigadora principal deste grupo é a Profa. Doutora Ana Paula Dourado. Este Grupo tem como objetivo investigar os desafios atuais que a os impostos trazem para as economias globais, regionais e nacionais da OCDE, UE, BRICSs e países em desenvolvimento (especialmente lusófonos). Visa propor soluções políticas e jurídicas com dimensão global, regional e/ou nacional em conformidade com o Estado de Direito, com os direitos fundamentais dos contribuintes e com igualdade de condições entre os Estados. São consideradas, especialmente, as dificuldades únicas que os países em desenvolvimento enfrentam.

Este Grupo irá desenvolver 3 projetos em simultâneo no período 2020-2024:

- **Projeto 1** | Governança fiscal e validade das normas internacionais
- **Projeto 2** | A boa governança fiscal da UE enquanto boa prática
- **Projeto 3** | Patriotismo e evasão fiscal



PROJETOS

1. LITIGÂNCIA FISCAL EM PORTUGAL: ESTUDO JURÍDICO E EMPIRICO

Investigador Principal (IP)
& Equipa de Investigação

Ana Paula Dourado | CIDEEFF (IP)
Nuno Garoupa | Universidade George Mason
Claudia Marchetti da Silva | CIDEEFF
Bruno Moutinho | CIDEEFF

Duração

2020-2023 | 36 meses

Descrição

Este projeto de investigação debruça-se sobre o contencioso tributário em Portugal, os seus problemas e constrangimentos, do ponto de vista jurídico e empírico, com o objetivo de encontrar e propor soluções políticas adequadas. Em democracia (Estado de direito), uma justiça boa (eficiente e justa) célere e trata todos os cidadãos de forma igualitária. Deve ser orientada de forma geral

para a resolução dos problemas dos cidadãos e, no caso dos impostos e do contencioso tributário, também deve assegurar a atração de investimento nacional e estrangeiro.

Palavras-chave

Litigância Fiscal; Estudos Jurídico-legais; Eficiência-justiça; Sistema Tributário Judicial



PROJETOS

2. DESAFIOS IMPOSTOS PELA ECONOMIA DIGITAL ÀS DEMOCRACIAS E À JUSTIÇA INTERNACIONAL

Investigador Principal (IP) & Equipa de Investigação

Ana Paula Dourado | CIDEEFF (IP)

Duração

2020-2023 | 36 meses

Descrição

Este projeto visa estudar as consequências do avanço tecnológico na economia assim como do data mining business model (Consumer-facing business – CFB) realizado pelos gigantes digitais para as democracias liberais e apresentar propostas regulatórias, incluindo impostos com fins regulatórios. Para tal pretende-se examinar as consequências da economia digital para o sistema tributário internacional e a necessária reforma tributária internacional e da União Europeia (Reform of the International Tax System).

É um projeto interdisciplinar baseado nos seguintes caminhos de pesquisa

- I. Impostos e regulamentação (Os modelos da Internet: liberal versus autocrático; As abordagens da OCDE para tributar CFB;

As propostas fiscais da UE sobre CFB; CFB, perfis digitalizados e privacidade; CFB e a esfera pública; CFB e manipulação de preferências; CFB e ódio Discurso; CFB e o Regulamento da UE sobre Proteção de Dados; CFB e a Função Reguladora dos Impostos; CFB e outras Propostas Regulatórias).

- II. Reforma do Sistema Fiscal Internacional (As abordagens da OCDE ao sistema fiscal internacional; As possíveis respostas da UE ao sistema fiscal internacional-europeu; Primeiro Pilar e O Papel atribuído ao Estado de Mercado; Pilar Dois e o imposto mínimo; Justiça Fiscal Internacional

- III. Outros Aspetos Fiscais das Economias Digitais (Robótica; Cidades Inteligentes; Criptoativos).

Palavras-chave

Economia Digital; Privacidade; Democracia; Regulação; Justiça; Impostos.



PROJETOS

3. JOANINHA E OS IMPOSTOS

Investigador Principal (IP)
& Equipa de Investigação

Clotilde Celorico Palma | (IP)

Duração

2017- [...]

Descrição

Este projeto promove a investigação sobre Educação Fiscal e Cidadania, sensibilizando os cidadãos em geral para o importante papel dos impostos.

Neste âmbito o projeto contempla diversas ações dirigidas aos mais jovens nomeadamente, a elaboração de uma proposta de programa nacional envolvendo os Ministérios das Finanças e da Educação, a realização de conferências e a produção de material, nomeadamente brochuras e livros e a conceção de jogos digitais destinadas a diferentes faixas etárias.

Este Projeto pretende também realizar uma investigação sobre Educação Fiscal e Cidadania no contexto dos Países Lusófonos, investigando o que tem sido publicado e feito principalmente no Brasil, Cabo Verde, Angola e Moçambique.

Palavras-chave

Educação; Cidadania; Ética; Impostos.



PROJETOS

4. IBFD GLOBAL TAX TREATY COMMENTARIES – UNIVERSITIES PROJECT

Investigador Principal (IP) & Equipa de Investigação

Ana Paula Dourado | CIDEEFF (IP)
Paula Rosado Pereira | CIDEEFF (IP)
Maria Albuquerque | LLM CIDEEFF
Leidson Rangel | PhD candidate CIDEEFF
Maria Serra Master | Student CIDEEFF

Duração

2021 | 12 meses

Descrição

O projeto foi realizado na sequência de um convite do IBFD para à Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado e o CIDEEFF para participar da sexta edição do Projeto Universitário Comentários sobre o Tratado Fiscal Global (GTTC).

O GTTC é um comentário global digital, lançado pelo IBFD, para auxiliar na análise dos Tratados Tributários. Em cada ano, o IBFD convida equipas universitárias para realizar análises e pesquisas empíricas sobre tratados tributários internacionais, para contribuir com o GTTC.

A Equipa da Faculdade de Direito - CIDEEFF/Universidade de Lisboa foi coordenada pela Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado e pela Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira. A Equipa foi composta, como autores, por três alunos de doutoramento e mestrado: Maria Afonso d’Albuquerque, Leidson Rangel e Maria Serra.

O âmbito do projeto foi a pesquisa e análise sistemática abrangendo a política dos tratados fiscais portugueses, os desvios dos tratados fiscais portugueses em relação às Convenções Fiscais Modelo da OCDE e da ONU, bem como a jurisprudência dos tratados fiscais.

O tema do projeto deste ano foi “Pessoas singulares – Rendimento ativo não empresarial”.

Em resultado do referido trabalho de investigação e análise, a Equipa do CIDEEFF/Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa elaborou um Relatório/Working Paper com as principais conclusões.

Palavras-chave

Tratados Tributários Duplos; Modelo da Convenção da OCDE; Impostos Internacionais.



PROJETOS

5. O FUTURO DOS IMPOSTOS

Investigador Principal (IP) & Equipa de Investigação

Carlos Lobo | CIDEEFF (IP)
Clotilde Celorico Palma | CIDEEFF
Filipe de Vasconcelos Fernandes | CIDEEFF
Daniel S. de Bobos-Radu | CIDEEFF

Duração

2021-2023 | 24 meses

Descrição

O projeto visa analisar o futuro da política tributária em relação às tendências de globalização e digitalização. A soberania tributária, materialidade e território, pilares da política tributária “tradicional” não conseguem se manter funcionais no alvorecer da economia do século XXI. O Grupo irá investigar as perspetivas futuras para as políticas fiscais, nacionais e europeias, incluindo a evolução da reforma da Gestão das Finanças Públicas (GFP), a evolução dos novos paradigmas da fiscalidade internacional (v.g., Princípio Origem vs. Destino), prevendo a criação de um sistema fiscal eficaz e justo. Economia Verde, Justiça e Equidade Intergeracional serão questões críticas de uma nova política tributária sustentável.

Este projeto incluirá os seguintes tópicos de pesquisa:

- (i) Análise das “lacunas” subjacentes à dicotomia fonte-residência padronizada no direito tributário internacional, incluindo as implicações práticas das opções de Origem e Destino;
- (ii) Análise prospetiva dos modelos ótimos de legislação aplicáveis ao Direito das Finanças Públicas/Finanças Públicas, incluindo:
 - (a) a possibilidade de criação de uma Lei Geral da Atividade Financeira Pública; e
 - (b) a possibilidade de reforma do Centro de Estudos Fiscais, com especial enfoque na criação de uma escola de formação de quadros da Administração Fiscal Portuguesa, tendo como referência o modelo do Centro de Estudos Judiciais;

[...]



PROJETOS

5. O FUTURO DOS IMPOSTOS

[...]

(iii) Análise da sustentabilidade da “receita fiscal verde”, ao nível dos Impostos sobre o Consumo. A este nível, o objetivo principal seria analisar as alternativas do direito fiscal, num horizonte temporal de médio e longo prazo, para fazer face à necessidade de passar de um contexto de discriminação positiva dos vetores das energias renováveis (atualmente em curso) à sua inclusão na matéria coletável deste tipo de Impostos Especiais de Consumo.

Este tema é particularmente importante uma vez que, se as discriminações positivas sobre os vetores renováveis continuarem e proliferarem, as respetivas receitas arrecadadas diminuirão nas próximas décadas, comprometendo os objetivos orçamentais ótimos que terão de ser atingidos

(iv) Estudo sobre a introdução de “nudges” e “sludges” – no sentido da arquitetura Thaler-Sunstein – numa Reforma mais ampla da Fiscalidade Verde, com ênfase ao nível dos Impostos sobre o Consumo.

(v) Uma teoria de julgamento para a jurisprudência do TJUE sobre tributação europeia: métodos de interpretação, raciocínio baseado em regras vs. baseado em precedentes e fundamentos para uma análise em rede da estrutura lógica das decisões prejudiciais.

Cada um dos temas de investigação terá como objetivo uma conferência ou uma publicação (na forma de Relatório de Política Fiscal) para apresentação das principais conclusões.

Ao mesmo tempo, artigos setoriais podem ser publicados em revistas de referência (com dupla revisão por pares) pelos membros da Equipa.

Palavras-chave

Tributação; Política Fiscal; Orçamento; Euro; Orçamento Europeu; Globalização; Digitalização; Economia Verde.



GRUPO II Globalização, Integração Económica e Desenvolvimento

O Investigador principal deste Grupo é o Prof. Doutor Pedro Infante Mota. O Grupo está organizado de forma a investigar e definir políticas e soluções jurídicas para o acesso aos recursos naturais, os efeitos do comércio internacional na sustentabilidade dos recursos naturais, o impacto ambiental do comércio de recursos ('maldição dos recursos naturais') e o preço dos recursos volatibilidade, tendo em conta os desafios enfrentados pelos Estados-Membros da UE, BRICs, Países em Desenvolvimento (especialmente Lusófonos) e EUA.

Um dos resultados mais significativos deste grupo é a publicação do seu investigador principal, Prof. Pedro Infante Mota, do seu livro sobre a Resolução de Litígios da OMC. Em conformidade, esse Grupo irá desenvolver três projetos em simultâneo no período 2020-2024:

- **Projeto 1** | Comércio Internacional e o Acesso aos Recursos Naturais
- **Projeto 2** | Acordos Comerciais Preferenciais e Boa Governança
- **Projeto 3** | Comércio Internacional e Normas Internacionais

PROJETOS

1. TRATADOS INTERNACIONAIS E A EXCEÇÃO DE SEGURANÇA

Investigador Principal (IP) & Equipa de Investigação

Pedro Infante Mota | CIDEEFF (IP)

Duração

2018-2021 | 24 meses

Descrição

Foi adotado recentemente o Tratado de Comércio de Armas e existem diversos bens cujo comércio é controlado. Este projeto visa entender porque esses produtos são controlados – seja pela sua importância estratégica (como o urânio, por exemplo) ou/e o seu possível uso duplo (alguns produtos químicos). Pretende-se entender a interação entre a Organização Mundial do Comércio na gestão de problemas e muito reais desafios impostos às políticas públicas, especialmente, sua relação com o Acordo de Paris sobre Mudança do Clima.

Palavras-chave

Organização Internacional do Trabalho; Segurança; Produtos; Tratados Internacionais; Mudança Climática.

PROJETOS

2. GLOBALIZAÇÃO (ECONÓMICA): CAUSAS E EFEITOS

Investigador Principal (IP)
& Equipa de Investigação

Pedro Infante Mota | CIDEEFF (IP)

Duração

2020-2022 | 24 meses

Descrição

Apesar de ser a grande palavra da moda dos nossos tempos, a verdade é que ainda existe um grande desconhecimento sobre as causas e efeitos da globalização. Por exemplo, muitas vezes ouvimos falar sobre a “americanização” de nosso modo de vida, mas poucas pessoas sabem que os Estados Unidos estão muito mal classificados no que é o índice composto de globalização mais popular usado na literatura académica (o chamado Índice KOF); a grande surpresa de alguns governos de países ricos quando descobriram sua dependência da China para alguns equipamentos médicos, etc.

Palavras-chave

Globalização; Comércio Internacional; Investimento Direto Estrangeiro; Migração; Pobreza; Ambiente; Direitos do Trabalho

PROJETOS

3. CONTRATAÇÃO PÚBLICA GLOBAL

Investigador Principal (IP) & Equipa de Investigação

Pedro Infante Mota | CIDEEFF (IP)

Duração

2020-2023 | 36 meses

Descrição

Estima-se que o GPA 2012, que entrou em vigor a 6 de abril de 2014, seja aplicável anualmente a mercados atualmente avaliados em 1,7 mil milhões de dólares americanos. O GPA 2012 está cada vez mais no centro dos esforços globais para promover a liberalização dos mercados de compras públicas. A eficácia de regras sólidas e o princípio da não discriminação, apesar das muitas limitações e exceções, tem gradualmente desempenhado um papel relevante em tais esforços. Tendo em conta que grande parte do crescimento mundial ao longo dos anos futuros será gerado fora do território europeu e que mais de 50 bilhões de dólares americanos poderão ser gastos em infraestrutura ao redor do mundo nos próximos 15 anos, é fundamental prestar atenção acrescida ao GPA 2012, o maior acordo juridicamente vinculativo para regular os contratos públicos em todo o mundo.

Palavras-chave

Comércio Internacional; Investimento Estrangeiro Direto; Segurança Nacional; Exceções gerais; Concorrência.

GRUPO III Falhas de mercado numa economia globalizada

O Investigador principal deste Grupo é o Prof. Doutor Miguel Moura e Silva.

A riqueza e desigualdade de rendimentos no mundo, os desafios globais impostos pela crise climática, a regulamentação da Big Tech e as suas implicações económicas, sociais e culturais e a recuperação pós-pandémica criam desafios à ordem económica global estruturada segundo uma lógica de mercado livre e de uma baixa intervenção governamental como a melhor forma de atingir o crescimento económico. Este Grupo combina soluções políticas e jurídicas com percepções da economia e ciência política. Desenvolve novas abordagens para encontrar soluções adequadas no contexto de mercados competitivos, dando voz aos valores sociais.

Destaca-se, no quadro de investigação deste Grupo, a publicação da Revista da Lei da Concorrência e Regulação, em cooperação com a Autoridade da Concorrência, garantindo a participação de investigadores de todo o mundo.

O curso de pós-graduação em Direito e Regulação da Concorrência, com uma próxima 15ª edição em 2021, continua a proporcionar o curso mais aprofundado da área em Portugal, reunindo académicos de diferentes formações, na sua maioria advogados e economistas, da prática privada e funcionários dos reguladores.



PROJETOS

1. JURISPRUDÊNCIA PORTUGUESA EM DIREITO DA CONCORRÊNCIA

Investigador Principal (IP) & Equipa de Investigação

Miguel Sousa Ferro | (PI) CIDEEFF
Carolina Ramalho dos Santos
Joana Gama Gomes

Duração

2020-2023 | 36 meses

Descrição

Este projeto de investigação visa, primeiramente, reunir, divulgar e analisar toda a jurisprudência dos tribunais portugueses que tem aplicado, ou que tem discutido a aplicação de regras de concorrência nacionais ou comunitárias, no âmbito da aplicação pública ou privada, em todas as áreas deste ramo do direito.

Palavras-chave

Direito da Concorrência; Antitrust; Direito Europeu.



GRUPO IV Crises, políticas públicas, política fiscal e o euro

O Investigador Principal deste Grupo é a Profa. Doutora Nazaré da Costa Cabral.

Este grupo tem como objetivo analisar as duas crises (a dívida soberana e as crises pandémicas) que atingiram o E(M)U nas últimas décadas e discutir a eficácia e o impacto das respostas de políticas destinadas a enfrentá-las.

O Grupo investiga as perspetivas futuras para as políticas monetárias e orçamentais na UEM, em particular as perspetivas para a Governança Económica Europeia, incluindo a revisão das regras orçamentais europeias e do seu quadro jurídico (por exemplo, o Pacto de Estabilidade).

Este Grupo irá desenvolver 4 projetos em simultâneo no período 2020-2024:

- **Projeto 1** | A resposta europeia à crise
- **Projeto 2** | A crise e a política de reforma: reconstruir o estado social e o modelo social europeu
- **Projeto 3** | Transparência orçamental
- **Projeto 4** | Instituições Públicas de Auditoria: experiência comparada durante a crise.

PROJETOS

1. ARTIGO 63º: O DIREITO À SEGURANÇA SOCIAL E A CRISE – O RETROCESSO SOCIAL COMO NORMALIZAÇÃO DO ESTADO DE EXCEÇÃO FINANCEIRA

Investigador Principal (IP) & Equipa de Investigação

Marco Capitão Ferreira | (IP) CIDEEFF

José Maria Castro Caldas

Eduardo Paz Ferreira | CIDEEFF

Nazaré da Costa Cabral | CIDEEFF

Tiago Oliveira | CIDEEFF

Clara Oliveira

Frederico Cantante

João Pedroso

Manuel Carvalho da Silva

Nuno Teles

Paulo Pedroso

Pedro Adão e Silva

Renato Miguel do Carmo

Juan Pablo Bohoslavsky

Duração

2017-2022 | 60 meses

Descrição

O principal objetivo deste projeto de investigação é analisar os efeitos da crise financeira de 2007-2008 e as suas consequências no sistema de segurança social português. Tendo em conta que a Constituição da República Portuguesa (artigo 63.º)

consagra a segurança social como um direito fundamental universal, o projeto analisará os efeitos da austeridade no período de ‘ajuste’ (2010-2014).

Pretende-se ainda analisar em que medida a crise serviu de pretexto para uma reforma do sistema de segurança social. Ao colocarem em causa as normas constitucionais, não terão estas medidas representado um permanente redimensionamento dos direitos sociais e, assim, uma reconfiguração do Estado-Providência em Portugal? Sob a pressão de um estado de carência financeira que temporariamente suspendeu e restringiu os direitos previdenciários (no caso das pensões), este período transitório não se transformou em um novo estado de normalidade, com o estado de exceção financeira normalizando?

Em parceria com

- Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Palavras-chave

Segurança Social; Proteção; Trabalho; Desemprego; Rendimento; População.

PROJETOS

2. A RESPOSTA EUROPEIA ÀS CRISES

Investigador Principal (IP) & Equipa de Investigação

Nazaré da Costa Cabral | CIDEEFF (IP)
Nuno Cunha Rodrigues | CIDEEFF
José Renato Gonçalves | CIDEEFF

Palavras-chave

Proteção social; Emprego; Desigualdades;
Política social.

Duração

2020-2023 | 36 meses

Descrição

O projeto visa analisar as duas crises distintas - a crise da dívida soberana e a crise pandémica - que atingiram a quem nas últimas décadas e discutir a eficácia e o impacto das respostas políticas destinadas a enfrentá-las. O Grupo irá investigar as perspetivas futuras para as políticas monetária e fiscal na UEM, incluindo a evolução do orçamento da UE, as perspetivas financeiras plurianuais (QFP), a criação de uma capacidade fiscal, o sistema de recursos próprios e o financiamento do orçamento da UE, e da política orçamental da UE (âmbito e desafios). A curto prazo, o grupo irá avaliar o impacto do Plano de Recuperação e Resiliência.

PROJETOS

3. EmployALL: A crise do emprego e o Estado Social em Portugal: deter a produção de vulnerabilidades sociais e de desigualdades

Investigador Principal (IP) & Equipa de Investigação

Renato Miguel do Carmo | CIES

Nazaré da Costa Cabral | CIDEEFF

Isabel Roque | CES

Frederico Cantante | CIES

Jorge Caleiras | CIES

José Castro Caldas | CES

Manuel Carvalho da Silva | CES

Paulo Pedroso | CIES

Pedro Adão e Silva | CIES

Sílvia Ferreira | CES

Nuno Nunes | CIES

Pedro Abrantes | CIES

Duração

2018-2022 | 47 meses

Descrição

Este projeto tem como objeto as relações de dependência mútua entre emprego e proteção social.

Visa dar resposta às seguintes questões de investigação:

- 1) Quais os mecanismos que ligam o emprego (desemprego, precariedade, declínio dos salários) à proteção social (a sua capacidade de resposta a exigências crescentes), e de que modo a pressão acrescida sobre o sistema de proteção social, assim como as suas debilidades, contribuem para aumentar os riscos no emprego e no desemprego?
- 2) De que modo a articulação das crises do emprego e da proteção social têm convergido na produção e na reprodução cumulativa de desigualdades, e como é que este processo pode ser revertido pelas políticas públicas?

Em parceria com:

- Centro de Investigação e Estudos em Sociologia | ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa
- Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra;
- Instituto de Ciência Sociais da Universidade de Lisboa

Palavras-chave

Proteção social; Emprego; Desigualdades; Política social

PROJETOS

4. A TERRITORIALIDADE DO DIREITO ECONÓMICO DA UNIÃO EUROPEIA

Investigador Principal (IP) & Equipa de Investigação

Nuno Cunha Rodrigues | (IP) CIDEEFF

Eduardo Paz Ferreira | CIDEEFF

Jamile Mata Diz | UFMG

Kirstyn Inglis | USP

Carlos Molina Del Pozo | UAH

Ignacio Herrera Anchustegui | UiB

Marek Martyniszyn | QUB

Pedro Infante Mota | CIDEEFF

Rute Saraiva | CIDEEFF

Miguel Sousa Ferro | CIDEEFF

Duração

2018-2022 | 49 meses

Descrição

A aplicação do direito da UE considera que deve ser respeitada uma ligação adequada com o território da União e o princípio básico da territorialidade consagrado no direito internacional público.

No entanto, em alguns casos, o direito internacional permite que os Estados exerçam jurisdição

extraterritorial. Encontrámos exceções ao princípio da territorialidade, nomeadamente na aplicação dos seguintes princípios ou teorias:

- i) Territorialidade objetiva;
- ii) Universalidade;
- iii) “Controlo efetivo”;
- iv) Nacionalidade;
- v) “Conexão substancial”;
- vi) Efeitos.

Este fenómeno – que nós designamos de “extra-territorialidade do direito económico da UE” – não pode ser notado em diferentes ramos do direito, como direito da concorrência, direito alimentar e direito do consumidor, direito ambiental e direito comercial.

Resumidamente, durante este projeto preocupámo-nos em:

- entender a nova abordagem da UE em relação ao princípio do território de acordo com o direito económico da UE e a jurisprudência do Tribunal de Justiça;

[...]

PROJETOS

4. A TERRITORIALIDADE DO DIREITO ECONÓMICO DA UNIÃO EUROPEIA

[...]

- entender como o direito económico da UE é aplicado e como o acervo comunitário está a ser recebido em países vizinhos da UE, nomeadamente países em fase de pré-adesão;
- compreender a aplicação do direito económico da UE em países terceiros;
- Compreender como as relações económicas internacionais prosseguidas pela UE podem ajudar a promover a UE e o direito económico mundial.

O projeto integrou as unidades curriculares em Direito da UE da Faculdade de Direito de Lisboa. Foi criada uma rede de pesquisa internacional para facilitar o debate e a partilha de conhecimentos entre os países envolvidos no projeto.

Palavras-chave

Direito Económico, União Europeia, Extraterritorialidade; Comércio e Concorrência.

PROJETOS TRANSVERSAIS

1. FINANÇAS SUSTENTÁVEIS: ENTRE SOLUÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

Investigador Principal (IP) & Equipa de Investigação

Rute Saraiva | (PI) CIDEEFF

Paulo Alves Pardal | (PI) CIDEEFF

Ana Paula Dourado | CIDEEFF

Pedro Infante Mota | CIDEEFF

Miguel Patrício | CIDEEFF

Guilherme W. d'Oliveira Martins | CIDEEFF

Filipe Vasconcelos Fernandes | CIDEEFF

Luciane Moessa

André Alfar

Tatiana Falcão | United Nations Sub-Committee
on Environmental Taxation)

Amparo Ruiz | Universidad Complutense de Madrid

Duração

2019-2022 | 36 meses

Descrição

O projeto visa entender como funciona o sistema financeiro atual, as pressões sociais e ambientais que enfrenta e como pode ser reconectado para criar melhor valor para a sociedade por meio de abordagens e iniciativas sustentáveis, como a integração de Meio Ambiente, Social e Governança (ESG), investimento de impacto, triagem positiva em um contexto potencializado por políticas de finanças públicas sustentáveis.

Palavras-chave

Sustentabilidade; Mercados Financeiros; Regulação; Política Orçamental; Política Fiscal; Segurança Social

Conheça as nossas
PUBLICAÇÕES

PUBLICAÇÕES | CIDEEFF WORKING PAPERS

ISSN: 2795-4218



Coordenadores

ANA PAULA DOURADO, PEDRO INFANTE MOTA,
MIGUEL MOURA E SILVA e NAZARÉ DA COSTA CABRAL

Nº1/2021

CRISES, PUBLIC POLICIES, FISCAL POLICY AND THE EURO

DISJOINTED SOVEREIGNTIES IN THE EUROPEAN UNION AND ATYPICAL INTERACTIONS BETWEEN MONETARY AND FISCAL POLICIES AFTER THE SOVEREIGN DEBT AND COVID-19 CRISES

Author: Nazaré da Costa Cabral

Nº2/2021

TAX GOVERNANCE

A TRIBUTAÇÃO DE CRIPTOMOEDAS

Author: Bruno Moutinho

Nº3/2021

TAX GOVERNANCE

A DELIMITAÇÃO DO CONCEITO DE ROBÔ PARA FINS TRIBUTÁRIOS

Author: Claudia Marchetti da Silva

Nº4/2021

CRISES, PUBLIC POLICIES, FISCAL POLICY AND THE EURO

INCUMPRIMENTO(S) DE OBRIGAÇÕES CONTRIBUTIVAS À SEGURANÇA SOCIAL E A NECESSIDADE DA SUA PUNIÇÃO

Author: Marco Cabeçais de Carvalho

PUBLICAÇÕES | REVISTA DE FINANÇAS PÚBLICAS E DIREITO FISCAL

ALMEDINA Editora



Diretor

EDUARDO PAZ FERREIRA

A capacidade de apreciar de forma isenta e informada o modo como os dinheiros públicos são geridos e como se organiza a colaboração dos cidadãos na cobertura dos gastos públicos, através dos impostos, constitui pressuposto de cidadania. Aos académicos e profissionais cabe um papel fundamental na discussão, análise e crítica dos grandes desafios que se colocam a uma área em profunda transformação, desafiada pelo esbatimento das diferenças entre a gestão pública e a privada, pela crescente internacionalização da economia e pelas inovações tecnológicas.

A Revista Portuguesa de Finanças Públicas funciona como um espaço de debate independente e qualificado. O conjunto de personalidades nacionais e estrangeiras que aceitaram, a diversos títulos, colaborar com o projecto concede-lhe um aval de qualidade e constitui-nos na obrigação de corresponder à sua confiança, bem como às expectativas da comunidade científica e profissional.

Números publicados em 2021:

Ano XII, nº 1/4 | ISBN: 9780120191277

Disponível versão impressa em <https://www.almedina.net/revista-de-financas-p-blicas-e-direito-fiscal-ano-xii-n-14-1610439751.html>

Ano XIII, nº1 | ISBN: 9780130191274

Disponível versão impressa em <https://www.almedina.net/revista-de-financas-publicas-e-direito-fiscal-ano-xiii-no-1-1631895219.html>

Ano XIII, nº 2 | ISBN: 9780130291271

Disponível versão impressa em <https://www.almedina.net/revista-de-financas-publicas-e-direito-fiscal-ano-xiii-no-2-1637333530.html>

PUBLICAÇÕES | REVISTA DE CONCORRÊNCIA & REGULAÇÃO
AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA



Direção

MARIA JOÃO MELÍCIAS
MIGUEL SOUSA FERRO

A C&R foi criada em 2010 como um projeto assumidamente original, tendo como ponto de partida a cooperação científica entre o IDEFF e a Autoridade Portuguesa da Concorrência (ADC). A C&R – Revista de Concorrência e Regulação é uma publicação semestral que visa promover a reflexão e a inovação no estudo interdisciplinar de matérias relacionadas com o direito da concorrência, incluindo a sua interação com a regulação económica e financeira.

A C&R é uma publicação semestral que atua como uma plataforma de divulgação da política de concorrência, conjugando a análise e a investigação científica com a experiência prática da aplicação das regras de concorrência e fornecendo a académicos e profissionais um instrumento de trabalho de referência.

A C&R é um projeto colaborativo, aberto a todas as entidades — individuais ou institucionais — que queiram contribuir com a sua experiência prática, académica ou profissional, para a discussão destas matérias.

Números publicados em 2021:

N.º 45

Disponível versão digital em <https://www.concorrenca.pt/pt/revista/revista-da-concorrenca-e-regulacao-45>

N.º 46/47

Disponível versão digital em <https://www.concorrenca.pt/pt/revista/revista-de-concorrenca-e-regulacao-46-47>

N.º 48

Disponível versão digital em <https://www.concorrenca.pt/pt/revista/revista-de-concorrenca-e-regulacao-48>

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor



Professora Doutora
Ana Paula Dourado

A INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO FISCAL (1949-1950), DE ARMINDO MONTEIRO, REVISITADA EM 2021

| Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2021.

O CÓDIGO DE CONDUTA E A SUA REFORMA, ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO CARLOS DOS SANTOS

| ISBN: 9789724098531, 2021.

STATE OF CANADA V TAX AND CUSTOMS AUTHORITY (CASE C613/18)

| in Lang, M. (ed.) (2021), CJEU- Recent Developments in Direct Taxation 2020, Linde.

TAXING CONSUMER-FACING BUSINESS AS A REGULATORY CURRENCY

| World Tax Journal, SOURCE-WORK-ID: cv-prod-id-3102962, ISSN: 1878-4971, 2021.

THE OECD REPORT ON PILLAR ONE BLUEPRINT AND ARTICLE 12B IN THE UN REPORT

| Intertax, 49(1), 2021.

COMPARATIVE TAX LAW AND THE EUROPEAN COURT OF JUSTICE STRATEGIES

| Intertax, 49 (2), 2021.

MLI IN ACTION

| Intertax, com Kostic, S., 49(10), 2021.

ENVIRONMENTAL TAX: INTERNATIONAL TAX COORDINATION & GLOBAL ENVIRONMENTAL CHALLENGES

| Intertax, com Pirlot, A. & Traversa, E., 49(11), 2021.

DIREITO FISCAL

| 6ª edição, 2021.

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor



Professora Doutora
Clotilde Celorico de Palma

ESTUDOS DE IVA VI

| Almedina, Junho de 2021.

AS VÁRIAS FACES DA PANDEMIA – OS DIREITOS HUMANOS E AS DESIGUALDADES DE GÉNERO

| Revista [Sem] Equívocos n.º 17, Inverno 2021.



Professor Doutor
José Renato Gonçalves

THE INTERNATIONAL MONETARY AND FINANCIAL SYSTEM AND THE RIGHT TO ASSISTANCE FROM THE INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF)

| in AA VV, Portuguese Economic Development and External Funding in the Modern Era, London / Eastbourne: Sussex Academic Press, pp. 168-191, 2021.

NOVOS RUMOS DE INTEGRAÇÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA NA ÁFRICA OCIDENTAL

| in AA VV, Estudos Comemorativos dos 30 Anos de Cooperação entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Direito de Bissau, Lisboa: , pp., 2021.



Professor Doutor
Miguel Moura e Silva

A ATIVIDADE SANCIONATÓRIA DA AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA E O ACESSO A INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DAS AÇÕES DE INDEMNIZAÇÃO POR VIOLAÇÃO DAS REGRAS DE CONCORRÊNCIA

| in Fidalgo de Freitas, Tiago; Alves, Pedro Delgado (Orgs.), O acesso à informação administrativa, Almedina, Coimbra, 2021, pp. 529-548.

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor



Professor Doutor
Miguel Sousa Ferro

EDITORIAL: THE COURTS AND COMPETITION LAW

| 14(2) Competition Law Review, 2021.

DIRECTIVE ON CONSUMER REPRESENTATIVE ACTIONS: A SHEEP IN WOLF'S CLOTHING?

| Azar-Baud, M. J., EU Law Live, 4 de dezembro de 2020.

INTRODUÇÃO AO CONTENCIOSO DA UNIÃO EUROPEIA

| in PAZ FERREIRA, E. (coord.), Integração e Direito Económico Europeu, AAFDL, 2021.

SUMAL (C-882/19): SKANSKA 2.0 – DESCENDING AND LATERAL LIABILITY IN THE ECONOMIC UNIT

| EU Law Live, 16 de abril de 2021.

WHITELAND (C-308/19): MORE ON HOW EFFECTIVENESS LIMITS NATIONAL RULES FOR ENFORCEMENT OF EU COMPETITION LAW (NCA LIMITATION PERIODS)

| EU Law Live, 21 de janeiro de 2021.

COMUNIDADE EUROPEIA DE ENERGIA ATÓMICA

| in Severiano Teixeira, N. & Cunha, A. (coord.), Portugal Multilateral: Dicionário (Volume I), Almedina, 2021.

MARGA KOMPLÉ

| Co-autor, com Esposito, N., in Baltazar, I. & Cunha, A. (coords.), Dicionário – As Mulheres e a Unidade Europeia, Assembleia da República, 2021.

ECN+ DIRECTIVE IMPLEMENTATION: PORTUGAL – SMALL BUT SIGNIFICANT NON-GUARANTEED IMPROVEMENTS

| Co-autor, com Calmeiro, Ana Rita, (2021) 3 European Competition and Regulatory Law Review.

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor



Professora Doutora
Nazaré Costa Cabral

DISJOINTED SOVEREIGNTIES IN THE EUROPEAN UNION AND ATYPICAL INTERACTIONS BETWEEN MONETARY AND FISCAL POLICIES AFTER THE SOVEREIGN DEBT AND COVID-19 CRISES
| CIDEEFF Working Papers, 1, 2021.

BORROWING IN THE EUROPEAN UNION: FROM A PURE NATIONAL MODEL TO THE ANTECHAMBER OF A EUROPEAN FISCAL FEDERAL SOLUTION
| Journal of European Integration, Artigo Nazaré da Costa Cabral, DOI: 10.1080/07036337.2021.1881499. Available: <https://doi.org/10.1080/07036337.2021.1881499>.

O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA: UM DESAFIO PARA A ECONOMIA PORTUGUESA NO PÓS-COVID-19
| Vozes por Portugal – A Grande Oportunidade, ISCTE, Oficina do Livro: Alfragide, pp. 321-334.

A TEORIA DO FEDERALISMO FINANCEIRO.
| 4.ª ed., revista, Almedina, Coimbra, 2021.



Professor Doutor
Nuno Cunha Rodrigues

EXTRATERRITORIALITY OF EU ECONOMIC LAW THE APPLICATION OF EU ECONOMIC LAW OUTSIDE THE TERRITORY OF THE EU
| Organizador, Springer, 978-3-030-82290-3, 2021.

PORTUGUESE ECONOMIC DEVELOPMENT AND EXTERNAL FUNDING IN THE MODERN AREA
| Organizador, com Alice Cunha, Sussex Academic Press, 978-1-78976-132-0, 2021.

RELAÇÕES COMERCIAIS E DE INVESTIMENTO ENTRE UNIÃO EUROPEIA E AMÉRICA LATINA
| Organizador, com Elisabeth Accioly e Aline Beltrame de Moura, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 978-972-629-689-8, 2021.

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor



Professora Doutora
Paula Vaz Freire

A RACIONALIDADE ECONÓMICA REVISITADA

| in Estudos Comemorativos dos 30 Anos de Cooperação entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, Lisboa, AAFDL, 2021, pp. 883-910.

ANÁLISE ECONÓMICA DO MERCADO DE TRABALHO: BREVES NOTAS

| Revista Internacional de Direito do Trabalho, I(1), 2021, pp. 1203-1217.



Professor Doutor
Paulo Alves Pardal

BREVE ENSAIO SOBRE A COEXISTÊNCIA DE SETORES NA CONSTITUIÇÃO ECONÓMICA DE MOÇAMBIQUE

| in AA.VV., Estudos comemorativos dos 30 anos de cooperação entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (org. DÁRIO MOURA VICENTE, HENRIQUES JOSÉ HENRIQUES, CATARINA SALGADO MATOS e ALMEIDA ZACARIAS MACHAVA), AAFDL, 2021.

DIREITO DOS MERCADOS FINANCEIROS – APOIO AO ESTUDO

| in AA.VV. (coord. RUTE SARAIVA), AAFDL, 2021.

THE EUROPEAN COMMUNITIES PRE-ACCESSION AID TO PORTUGAL: A DYNAMIC PROCESS

| in AA.VV., Portuguese Economic Development and External Funding in the Modern Era, Edited by Nuno Cunha Rodrigues & Alice Cunha, Sussex Academic Press.

QUESTÕES ORÇAMENTAIS E FINANCEIRAS DECORRENTES DO BREXIT

| in AA.VV., Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal, Almedina.

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor

Professora Doutora
Rute Saraiva**DIREITO AGRÁRIO E SUSTENTABILIDADE**

| Coordenadora, AAFDL, Lisboa, 2021. ISBN: 9789726296652.

DIREITO DOS MERCADOS FINANCEIROS: CASOS PRÁTICOS

| AAFDL, Lisboa, 2021.

INSTRUMENTOS DE MERCADO

| in Carla Amado Gomes, Rui Lanceiro e Heloísa Oliveira (coord.) Tratado de Direito do Ambiente, CIDP/ICJP, 2021.

PROTECÇÃO AMBIENTAL E PANDEMIA COVIDIANA

| in Eduardo Manuel Val, Fábio da Silva Veiga e Pedro Curvello Saavedra Avzaradel (coord). A Protecção do Meio Ambiente e o Direito ao Desenvolvimento Sustentável Ibero-Americano em tempos de Covid-19, IberoJur, Porto, 2021.

AGRICULTURA E DIREITO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS| in Rute Saraiva (coord.) *Direito Agrário e Sustentabilidade*, AAFDL, Lisboa, 2021, pp. 167-186. ISBN: 9789726296652.**PREFÁCIO**

| in Francisco Mário, Manual de Direito Económico, Chela Editora, Luanda, 2021.

PORTUGUESE REPORT, CLIMATE CHANGE IMPACT ON AGRARIAN LAW – LEGAL ASPECTS OF FOOD SECURITY

| Co-autora, com Maria João Estorninho, International Academy of Comparative Law, General Congress, Commission VIII, 2021.

REGULAÇÃO E SUPERVISÃO BANCÁRIAS NA GUINÉ-BISSAU: A CAMINHO DE UMA UNIÃO BANCÁRIA DA ÁFRICA OCIDENTAL?

| 30.º Aniversário da Faculdade de Direito de Bissau- Volume de Estudos Comemorativos, Bissau, 2021.

A BEHAVIOURAL ECONOMICS APPROACH TO THE COVIDIAN CRISIS

| in K. Mathis & A. Tor, Law and Economics of the 2020 Coronavirus Crisis, Springer, 2021.

PRONTUÁRIO JURÍDICO

| Em co-autoria AAVV, Lisboa, 2021.

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor



Professor Doutor
Pedro Infante da Mota

DE VENERÁVEL A VULNERÁVEL: TRUMPING O ÓRGÃO DE RECURSO DA OMC

| In Lisbon Law Review, 2021, Número 1, Tomo 2, pp. 839-870.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, DICIONÁRIO PORTUGAL MULTILATERAL – VOLUME II

| Nuno Severiano Teixeira / Alice Cunha ed., Almedina, Coimbra, 2021, pp. 225-244.

CONFERÊNCIAS e SEMINÁRIOS

CONFERÊNCIAS e SEMINÁRIOS |



THE LISBON INTERNATIONAL
& EUROPEAN TAX LAW SEMINARS

POWER AND LIMITS OF SOFT LAW IN SHAPING EMERGING ECONOMIES' ANTI-TAX AVOIDANCE POLICIES

| 14 de janeiro de 2021 | [veja mais aqui...](#)

HARMONIZATION OF ANTI-ABUSE PROVISIONS "THROUGH THE BACK DOOR"?

THE IMPACT OF THE ATAD'S GAAR ON THE MEMBER STATES' DTCS

| 11 de fevereiro de 2022 | [veja mais aqui...](#)

TAXATION OF OUTER SPACE INCOME RESULTING FROM AIR TRANSPORT OR EMPLOYMENT ACTIVITIES:
IS THE OECD MODEL CONVENTION AN APPROPRIATE TOOL?

| 11 de março de 2021 | [veja mais aqui...](#)

TOWARDS AN EXPANDED VERSION OF THE BENEFIT PRINCIPLE IN INTERNATIONAL TAXATION

| 15 de abril de 2021 | [veja mais aqui...](#)

INTER-NATION EQUITY REVISITED

| 13 de maio de 2021 | [veja mais aqui...](#)

THE CASE FOR A 'FIXED BASE': A REMOTE CONCEPT IN A WORLD WORKING REMOTELY

| 16 de setembro de 2021 | [veja mais aqui...](#)

SUBSTANTIVE SCOPE OR INCOME TAXES COVERED BY TAX TREATIES

| 7 de outubro de 2021 | [veja mais aqui...](#)

TO BE OR NOT B(2B)? THE QUESTION IS ABOUT THE (SUB)DIGITAL P(F)E

| 12 de novembro de 2021 | [veja mais aqui...](#)

ALL THOSE BITS MIGHT NOT BE GOLD: TAX POLICY CHALLENGES WHEN ADOPTING A DIGITAL EURO

| 16 de dezembro de 2021 | [veja mais aqui...](#)

CONFERÊNCIAS e SEMINÁRIOS | outras iniciativas

PARA LÁ DA PANDEMIA: COMO GARANTIR O DIREITO À SEGURANÇA SOCIAL?

| CONFERÊNCIA - 19 de janeiro de 2021 | [veja mais aqui...](#)

RELAÇÕES DE COMÉRCIO E INVESTIMENTO ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E A AMÉRICA LATINA

| WEBINAR - 15 de março de 2021 | [veja mais aqui...](#)

MLI - THE HONEYMOON IS OVER: LOOKING AT POTENTIAL ISSUES ARISING FROM EXISTING PROVISIONS OR THOSE THAT ARE STILL TO BE RESOLVED

| CONFERÊNCIA - 15 de março de 2021 | [veja mais aqui...](#)

CENTRALIZAÇÃO DOS DIREITOS TELEVISIVOS DAS COMPETIÇÕES PROFISSIONAIS DE FUTEBOL

| WEBINAR - 9 de abril de 2021 | [veja mais aqui...](#)

SOCIAL RIGHTS UNDER ADJUSTMENT? - A TALE OF TWO CRISES

| CONFERÊNCIA - 17 e 24 de maio de 2021 | [veja mais aqui...](#)

EU RECENT TAX DEVELOPMENTS AND THE TAX PACKAGE

| THE 13 th GREIT LISBON SUMMER COURSE - 21 a 25 de junho de 2021 | [veja mais aqui...](#)

E DEPOIS DO ADEUS AO ORÇAMENTO?

| CONFERÊNCIA - 3 de novembro de 2021 | [veja mais aqui...](#)

O MAR COMO FONTE DE ENERGIA EÓLICA/OFFSHORE WIND POWER

| CONFERÊNCIA - 26 de novembro de 2001 | [veja mais aqui...](#)

**TRABALHO E PROTEÇÃO SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA
- AMÉRICA LATINA E AS RESPOSTAS DO PRESENTE E DO FUTURO**

| CONFERÊNCIA - 13 e 14 de dezembro de 2021 | [veja mais aqui...](#)

Órgãos Sociais

Conselho Diretivo

Diretor

Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado

Vice-Diretores

Prof. Doutor José Renato Gonçalves

Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues

Vogais do Conselho Diretivo

Prof.ª Doutora. Nazaré da Costa Cabral

Prof. Doutor. Miguel Moura e Silva

Prof. Doutor. Pedro Infante Mota

Coordenador Emérito

Prof. Doutor. Eduardo Paz Ferreira

Conselho Científico

Constituído pelos Doutores do Grupo de Ciências Jurídicas-Económicas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Comissão Externa de Acompanhamento

Constituída por reputados Cientistas e Investigadores Portugueses e estrangeiros na área do Direito Europeu, Económico, Financeiro e Fiscal.

CIDEEFF

| 2022

| PRESTA CONTAS

Índice

- ▶ Apresentação CIDEEFF | (pag. 69)
Mensagem da Diretora | (pag. 70)

- ▶ Conheça os nossos investigadores e Grupos de investigação | (pag. 71)
Investigadores Integrados | (pag. 72)
Grupo I | (pag. 73)
Grupo II | (pag. 80)
Grupo III | (pag. 84)
Grupo IV | (pag. 86)
Projetos transversais | (pag. 92)

- ▶ Conheça as nossas publicações | (pag. 93)
CIDEEFF Working Papers | (pag. 94)
The Lisbon International & European Tax Law Seminars | (pag. 95)
CIDEEFF Monografias | (pag. 97)
Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal | (pag. 98)
Revista de Concorrência & Regulação | (pag. 99)
Publicações por autor | (pag. 100)

- ▶ Conferências e Seminários | (pag. 108)

- ▶ Órgãos Sociais | (pag. 112)

Apresentação | CIDEEFF

Interdisciplinar, Internacional, Inovador

Colocamos as perguntas fundamentais sobre o Direito e a Economia e investigamos as questões pioneiras.

Promovemos a investigação interdisciplinar, comparada e inovadora, sobre os novos paradigmas do direito e da economia: estudamos os grandes desafios económicos e jurídicos colocados à soberania nacional e europeia, à governança mundial, ao crescimento sustentável e à justiça internacional.

Os nossos projetos analisam e trazem contributos para os problemas jurídico-económicos e éticos levantados pela revolução digital e pela crise climática; pelo défice democrático na governança global e as crescentes assimetrias mundiais; pelas falhas de um funcionamento transparente, independente e eficaz dos serviços públicos e da justiça, os quais são condições da democracia liberal; e pelas falhas do mercado.

As nossas atividades são orientadas pela investigação aplicada, na interseção entre a academia, instituições nacionais, europeias e internacionais, e o mundo empresarial.

Na investigação dos desafios elencados guiamo-nos pelo paradigma da cooperação multilateral, acreditamos na justiça internacional como reconhecimento do outro, e no modelo de governança eu-

ropeia, que, embora não sendo perfeito, representa um exemplo de governança para o mundo inteiro.

Promovemos a criatividade e o debate intelectual aberto e plural através de seminários, webinars, conferências, bases de dados, relatórios, working papers submetidos a peer-review, em acesso aberto, da Revista de Finanças Públicas e Direito Financeiro, da Revista de Regulação e Concorrência, e publicações em revistas e livros de editoras com revisão anónima por pares e academicamente reconhecidas.

Sedeado nas instalações da FDUL, o CIDEEFF é composto pelos doutores do Grupo de Ciências Jurídico-Económicas (membros integrados) e por investigadores associados, nacionais e estrangeiros, nas áreas do Direito Fiscal, Direito Internacional Económico, Direito da Regulação e Concorrência e Finanças Públicas e Direito Financeiro.

Regemo-nos pelos seguintes princípios fundamentais:

- A investigação é livre, independente e objetiva, desenvolvida a título individual ou coletivo;
- Os investigadores são responsáveis quanto aos métodos e ao resultado da investigação;

- A investigação é desenvolvida pelos membros tendo em conta um objetivo científico comum e como instrumento de melhoria da sociedade; e,
- O conhecimento é partilhado, em diálogo com diferentes disciplinas científicas e culturas.
- São objetivos estratégicos do CIDEEFF:
 - Contribuir para melhorar as práticas e encontrar soluções legais adequadas que possam influenciar os decisores políticos tanto a nível internacional (OMC, FMI, Banco Mundial), regional (as instituições da UE e Estados Membros) como a nível nacional; na Lusofonia (Brasil, Cabo Verde, Angola, Moçambique) e em países latino-americanos;
 - Promover a investigação internacional realizada no Centro;
 - Criar redes de investigação com universidades e académicos de diferentes países, a fim de incentivar um debate com perspetivas diferentes (por exemplo, OCDE e países em vias de desenvolvimento; Países da UE e da Lusofonia);

Ana Paula Dourado
Diretora do CIDEEFF



- Promover a publicação no Website do CIDEEFF de artigos originais (working papers) de membros integrados e associados do CIDEEFF e de alunos de doutoramento, com peer-review;
- Promover e apoiar projetos, investigação júnior e sénior e de alunos de doutoramento;
- Facilitar a transferência de conhecimentos na comunidade académica, instituições públicas e na sociedade civil.

O Centro desenvolve o seu trabalho à volta de uma única linha de investigação, subdividida em Grupos de investigação.

Neste momento, as áreas de investigação dos subgrupos são as seguintes:

- **Grupo 1** | Governança fiscal;
- **Grupo 2** | Globalização, integração económica e desenvolvimento;
- **Grupo 3** | Falhas de mercado numa economia globalizada;
- **Grupo 4** | Crises, Políticas Públicas, Política Fiscal e o Euro.

Mensagem da Diretora

O Centro de Investigação em Direito Europeu, Económico, Financeiro e Fiscal (Centro ou CIDEEFF) é uma unidade de investigação e desenvolvimento sediada na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) com a cooperação de dois institutos a saber- o Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal (IDEEF, criado em 2003) e o Instituto Europeu (IE, criado em 1985) (designados como os Institutos). Esta aliança interdisciplinar uniu investigadores portugueses de topo, no domínio do Direito e da Economia, e criou as bases para projectos científicos e de investigação orientados, dando-lhes desse modo a oportunidade de se evidenciar num domínio de crescente importância a nível nacional e internacional.

O CIDEEFF promove a investigação sobre os desafios económicos e jurídicos levantados pelo défice democrático na governança global e as crescentes assimetrias, pela necessidade de assegurar o funcionamento dos serviços públicos e pelas falhas do mercado, e pela forma como o modelo de governança europeia, com excepção dos riscos derivados do seu desempenho recente, representa um exemplo de governança no mundo inteiro. O CIDEEFF, pelo lugar geográfico estratégico que Portugal ocupa e pelo excelente acervo de investigação académica dos Institutos, dos seus membros integrados e dos seus associados, está numa posição privilegiada para analisar os novos paradigmas entre o direito e a economia.



Professora Doutora
Ana Paula Dourado

Conheça os nossos investigadores
e GRUPOS DE INVESTIGAÇÃO

INVESTIGADORES INTEGRADOS



Professora Doutora
Ana Paula Dourado

Diretor Emérito

Professor Doutor
Eduardo Paz Ferreira



Professor Doutor
Carlos Lobo



Professora Doutora
Clotilde Celorico Palma



Professora Doutora
Nazaré Costa Cabral

Professor Doutor
Guilherme d'Oliveira Martins



Professora Doutora
Rute Saraiva



Professor Doutor
José Renato Gonçalves



Professora Doutora
Paula Rosado Pereira



Professor Doutor
Pedro Infante da Mota

Professor Doutor
Marco Capitão Ferreira



Professor Doutor
Nuno Cunha Rodrigues



Professor Doutor
Miguel Moura e Silva



Professor Doutor
Paulo Alves Pardal

Professor Doutor
Miguel Patrício



Professora Doutora
Paula Vaz Freire



Professor Doutor
Miguel Sousa Ferro

Conheça Também os nossos
[Investigadores associados](#)

GRUPO I | Governança Fiscal

A Investigadora principal deste grupo é a Profa. Doutora Ana Paula Dourado. Este Grupo tem como objetivo investigar os desafios atuais que a os impostos trazem para as economias globais, regionais e nacionais da OCDE, UE, BRICSs e países em desenvolvimento (especialmente lusófonos). Visa propor soluções políticas e jurídicas com dimensão global, regional e/ou nacional em conformidade com o Estado de Direito, com os direitos fundamentais dos contribuintes e com igualdade de condições entre os Estados. São consideradas, especialmente, as dificuldades únicas que os países em desenvolvimento enfrentam.

Este Grupo irá desenvolver 3 projetos em simultâneo no período 2020-2024:

- **Projeto 1** | Governança fiscal e validade das normas internacionais
- **Projeto 2** | A boa governança fiscal da UE enquanto boa prática
- **Projeto 3** | Patriotismo e evasão fiscal



PROJETOS

1. LITIGÂNCIA FISCAL EM PORTUGAL: ESTUDO JURÍDICO E EMPIRICO

Investigador Principal (IP) & Equipa de Investigação

Ana Paula Dourado | CIDEEFF (IP)
Nuno Garoupa | Universidade George Mason
Claudia Marchetti da Silva | CIDEEFF
Bruno Moutinho | CIDEEFF

Duração

2020-2023 | 36 meses

Descrição

Este projeto de investigação debruça-se sobre o contencioso tributário em Portugal, os seus problemas e constrangimentos, do ponto de vista jurídico e empírico, com o objetivo de encontrar e propor soluções políticas adequadas. Em democracia (Estado de direito), uma justiça boa (eficiente e justa) célere e trata todos os cidadãos de forma igualitária. Deve ser orientada de forma geral

para a resolução dos problemas dos cidadãos e, no caso dos impostos e do contencioso tributário, também deve assegurar a atração de investimento nacional e estrangeiro.

Palavras-chave

Litigância Fiscal; Estudos Jurídico-legais; Eficiência-justiça; Sistema Tributário Judicial



PROJETOS

2. DESAFIOS IMPOSTOS PELA ECONOMIA DIGITAL ÀS DEMOCRACIAS E À JUSTIÇA INTERNACIONAL

Investigador Principal (IP) & Equipa de Investigação

Ana Paula Dourado | CIDEEFF (IP)

Duração

2020-2023 | 36 meses

Descrição

Este projeto visa estudar as consequências do avanço tecnológico na economia assim como do data mining business model (Consumer-facing business – CFB) realizado pelos gigantes digitais para as democracias liberais e apresentar propostas regulatórias, incluindo impostos com fins regulatórios. Para tal pretende-se examinar as consequências da economia digital para o sistema tributário internacional e a necessária reforma tributária internacional e da União Europeia (Reform of the International Tax System).

É um projeto interdisciplinar baseado nos seguintes caminhos de pesquisa

- I. Impostos e regulamentação (Os modelos da Internet: liberal versus autocrático; As abordagens da OCDE para tributar CFB;

As propostas fiscais da UE sobre CFB; CFB, perfis digitalizados e privacidade; CFB e a esfera pública; CFB e manipulação de preferências; CFB e ódio Discurso; CFB e o Regulamento da UE sobre Proteção de Dados; CFB e a Função Reguladora dos Impostos; CFB e outras Propostas Regulatórias).

- II. Reforma do Sistema Fiscal Internacional (As abordagens da OCDE ao sistema fiscal internacional; As possíveis respostas da UE ao sistema fiscal internacional-europeu; Primeiro Pilar e O Papel atribuído ao Estado de Mercado; Pilar Dois e o imposto mínimo; Justiça Fiscal Internacional

- III. Outros Aspetos Fiscais das Economias Digitais (Robótica; Cidades Inteligentes; Criptoativos).

Palavras-chave

Economia Digital; Privacidade; Democracia; Regulação; Justiça; Impostos.



PROJETOS

3. JOANINHA E OS IMPOSTOS

Investigador Principal (IP)
& Equipa de Investigação

Clotilde Celorico Palma | (IP)

Duração

2017- [...]

Descrição

Este projeto promove a investigação sobre Educação Fiscal e Cidadania, sensibilizando os cidadãos em geral para o importante papel dos impostos.

Neste âmbito o projeto contempla diversas ações dirigidas aos mais jovens nomeadamente, a elaboração de uma proposta de programa nacional envolvendo os Ministérios das Finanças e da Educação, a realização de conferências e a produção de material, nomeadamente brochuras e livros e a conceção de jogos digitais destinadas a diferentes faixas etárias.

Este Projeto pretende também realizar uma investigação sobre Educação Fiscal e Cidadania no contexto dos Países Lusófonos, investigando o que tem sido publicado e feito principalmente no Brasil, Cabo Verde, Angola e Moçambique.

Palavras-chave

Educação; Cidadania; Ética; Impostos.



PROJETOS

4. IBFD GLOBAL TAX TREATY COMMENTARIES – UNIVERSITIES PROJECT

Investigador Principal (IP) & Equipa de Investigação

Ana Paula Dourado | CIDEEFF (IP)
Paula Rosado Pereira | CIDEEFF (IP)
Maria Albuquerque | LLM CIDEEFF
Leidson Rangel | PhD candidate CIDEEFF
Maria Serra Master | Student CIDEEFF

Duração

2021 | 12 meses

Descrição

O projeto foi realizado na sequência de um convite do IBFD para à Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado e o CIDEEFF para participar da sexta edição do Projeto Universitário Comentários sobre o Tratado Fiscal Global (GTTC).

O GTTC é um comentário global digital, lançado pelo IBFD, para auxiliar na análise dos Tratados Tributários. Em cada ano, o IBFD convida equipas universitárias para realizar análises e pesquisas empíricas sobre tratados tributários internacionais, para contribuir com o GTTC.

A Equipa da Faculdade de Direito - CIDEEFF/Universidade de Lisboa foi coordenada pela Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado e pela Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira. A Equipa foi composta, como autores, por três alunos de doutoramento e mestrado: Maria Afonso d’Albuquerque, Leidson Rangel e Maria Serra.

O âmbito do projeto foi a pesquisa e análise sistemática abrangendo a política dos tratados fiscais portugueses, os desvios dos tratados fiscais portugueses em relação às Convenções Fiscais Modelo da OCDE e da ONU, bem como a jurisprudência dos tratados fiscais.

O tema do projeto deste ano foi “Pessoas singulares – Rendimento ativo não empresarial”.

Em resultado do referido trabalho de investigação e análise, a Equipa do CIDEEFF/Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa elaborou um Relatório/Working Paper com as principais conclusões.

Palavras-chave

Tratados Tributários Duplos; Modelo da Convenção da OCDE; Impostos Internacionais.



PROJETOS

5. O FUTURO DOS IMPOSTOS

Investigador Principal (IP)
& Equipa de Investigação

Carlos Lobo | CIDEEFF (IP)
Clotilde Celorico Palma | CIDEEFF
Filipe de Vasconcelos Fernandes | CIDEEFF
Daniel S. de Bobos-Radu | CIDEEFF

Duração

2021-2023 | 24 meses

Descrição

O projeto visa analisar o futuro da política tributária em relação às tendências de globalização e digitalização. A soberania tributária, materialidade e território, pilares da política tributária “tradicional” não conseguem se manter funcionais no alvorecer da economia do século XXI. O Grupo irá investigar as perspetivas futuras para as políticas fiscais, nacionais e europeias, incluindo a evolução da reforma da Gestão das Finanças Públicas (GFP), a evolução dos novos paradigmas da fiscalidade internacional (v.g., Princípio Origem vs. Destino), prevendo a criação de um sistema fiscal eficaz e justo. Economia Verde, Justiça e Equidade Intergeracional serão questões críticas de uma nova política tributária sustentável.

Este projeto incluirá os seguintes tópicos de pesquisa:

- (i) Análise das “lacunas” subjacentes à dicotomia fonte-residência padronizada no direito tributário internacional, incluindo as implicações práticas das opções de Origem e Destino;
- (ii) Análise prospetiva dos modelos ótimos de legislação aplicáveis ao Direito das Finanças Públicas/Finanças Públicas, incluindo:
 - (a) a possibilidade de criação de uma Lei Geral da Atividade Financeira Pública; e
 - (b) a possibilidade de reforma do Centro de Estudos Fiscais, com especial enfoque na criação de uma escola de formação de quadros da Administração Fiscal Portuguesa, tendo como referência o modelo do Centro de Estudos Judiciais;

[...]



PROJETOS

5. O FUTURO DOS IMPOSTOS

[...]

(iii) Análise da sustentabilidade da “receita fiscal verde”, ao nível dos Impostos sobre o Consumo. A este nível, o objetivo principal seria analisar as alternativas do direito fiscal, num horizonte temporal de médio e longo prazo, para fazer face à necessidade de passar de um contexto de discriminação positiva dos vetores das energias renováveis (atualmente em curso) à sua inclusão na matéria coletável deste tipo de Impostos Especiais de Consumo.

Este tema é particularmente importante uma vez que, se as discriminações positivas sobre os vetores renováveis continuarem e proliferarem, as respetivas receitas arrecadadas diminuirão nas próximas décadas, comprometendo os objetivos orçamentais ótimos que terão de ser atingidos

(iv) Estudo sobre a introdução de “nudges” e “sludges” – no sentido da arquitetura Thaler-Sunstein – numa Reforma mais ampla da Fiscalidade Verde, com ênfase ao nível dos Impostos sobre o Consumo.

(v) Uma teoria de julgamento para a jurisprudência do TJUE sobre tributação europeia: métodos de interpretação, raciocínio baseado em regras vs. baseado em precedentes e fundamentos para uma análise em rede da estrutura lógica das decisões prejudiciais.

Cada um dos temas de investigação terá como objetivo uma conferência ou uma publicação (na forma de Relatório de Política Fiscal) para apresentação das principais conclusões.

Ao mesmo tempo, artigos setoriais podem ser publicados em revistas de referência (com dupla revisão por pares) pelos membros da Equipa.

Palavras-chave

Tributação; Política Fiscal; Orçamento; Euro; Orçamento Europeu; Globalização; Digitalização; Economia Verde.

GRUPO II Globalização, Integração Económica e Desenvolvimento

O Investigador principal deste Grupo é o Prof. Doutor Pedro Infante Mota. O Grupo está organizado de forma a investigar e definir políticas e soluções jurídicas para o acesso aos recursos naturais, os efeitos do comércio internacional na sustentabilidade dos recursos naturais, o impacto ambiental do comércio de recursos ('maldição dos recursos naturais') e o preço dos recursos volatibilidade, tendo em conta os desafios enfrentados pelos Estados-Membros da UE, BRICs, Países em Desenvolvimento (especialmente Lusófonos) e EUA.

Um dos resultados mais significativos deste grupo é a publicação do seu investigador principal, Prof. Pedro Infante Mota, do seu livro sobre a Resolução de Litígios da OMC. Em conformidade, esse Grupo irá desenvolver três projetos em simultâneo no período 2020-2024:

- **Projeto 1** | Comércio Internacional e o Acesso aos Recursos Naturais
- **Projeto 2** | Acordos Comerciais Preferenciais e Boa Governança
- **Projeto 3** | Comércio Internacional e Normas Internacionais

PROJETOS

1. TRATADOS INTERNACIONAIS E A EXCEÇÃO DE SEGURANÇA

Investigador Principal (IP)
& Equipa de Investigação

Pedro Infante Mota | CIDEEFF (IP)

Duração

2018-2021 | 24 meses

Descrição

Foi adotado recentemente o Tratado de Comércio de Armas e existem diversos bens cujo comércio é controlado. Este projeto visa entender porque esses produtos são controlados – seja pela sua importância estratégica (como o urânio, por exemplo) ou/e o seu possível uso duplo (alguns produtos químicos). Pretende-se entender a interação entre a Organização Mundial do Comércio na gestão de problemas e muito reais desafios impostos às políticas públicas, especialmente, sua relação com o Acordo de Paris sobre Mudança do Clima.

Palavras-chave

Organização Internacional do Trabalho; Segurança; Produtos; Tratados Internacionais; Mudança Climática.

PROJETOS

2. GLOBALIZAÇÃO (ECONÓMICA): CAUSAS E EFEITOS

Investigador Principal (IP) & Equipa de Investigação

Pedro Infante Mota | CIDEEFF (IP)

Duração

2020-2022 | 24 meses

Descrição

Apesar de ser a grande palavra da moda dos nossos tempos, a verdade é que ainda existe um grande desconhecimento sobre as causas e efeitos da globalização. Por exemplo, muitas vezes ouvimos falar sobre a “americanização” de nosso modo de vida, mas poucas pessoas sabem que os Estados Unidos estão muito mal classificados no que é o índice composto de globalização mais popular usado na literatura académica (o chamado Índice KOF); a grande surpresa de alguns governos de países ricos quando descobriram sua dependência da China para alguns equipamentos médicos, etc.

Palavras-chave

Globalização; Comércio Internacional; Investimento Direto Estrangeiro; Migração; Pobreza; Ambiente; Direitos do Trabalho

PROJETOS

3. CONTRATAÇÃO PÚBLICA GLOBAL

Investigador Principal (IP) & Equipa de Investigação

Pedro Infante Mota | CIDEEFF (IP)

Duração

2020-2023 | 36 meses

Descrição

Estima-se que o GPA 2012, que entrou em vigor a 6 de abril de 2014, seja aplicável anualmente a mercados atualmente avaliados em 1,7 mil milhões de dólares americanos. O GPA 2012 está cada vez mais no centro dos esforços globais para promover a liberalização dos mercados de compras públicas e a eficácia de regras sólidas e o princípio da não discriminação, apesar das muitas limitações e exceções, tem gradualmente desempenhado um papel relevante. em tais esforços. E como grande parte do crescimento mundial ao longo dos anos futuros será gerado fora do território europeu e que mais de 50 bilhões de dólares americanos poderão ser gastos em infraestrutura ao redor do mundo nos próximos 15 anos, é fundamental prestar atenção acrescida ao GPA 2012, o maior acordo juridicamente vinculativo para regular os contratos públicos em todo o mundo.

Palavras-chave

Comércio Internacional; Investimento Estrangeiro Direto; Segurança Nacional; Exceções gerais; Concorrência.

GRUPO III Falhas de mercado numa economia globalizada

O Investigador principal deste Grupo é o Prof. Doutor Miguel Moura e Silva.

A riqueza e desigualdade de rendimentos no mundo, os desafios globais impostos pela crise climática, a regulamentação da Big Tech e as suas implicações económicas, sociais e culturais e a recuperação pós-pandémica criam desafios à ordem económica global estruturada segundo uma lógica de mercado livre e de uma baixa intervenção governamental como a melhor forma de atingir o crescimento económico. Este Grupo combina soluções políticas e jurídicas com percepções da economia e ciência política. Desenvolve novas abordagens para encontrar soluções adequadas no contexto de mercados competitivos, dando voz aos valores sociais.

Destaca-se, no quadro de investigação deste Grupo, a publicação da Revista da Lei da Concorrência e Regulação, em cooperação com a Autoridade da Concorrência, garantindo a participação de investigadores de todo o mundo.

O curso de pós-graduação em Direito e Regulação da Concorrência, com uma próxima 15ª edição em 2021, continua a proporcionar o curso mais aprofundado da área em Portugal, reunindo académicos de diferentes formações, na sua maioria advogados e economistas, da prática privada e funcionários dos reguladores.



PROJETOS

1. JURISPRUDÊNCIA PORTUGUESA EM DIREITO DA CONCORRÊNCIA

Investigador Principal (IP) & Equipa de Investigação

Miguel Sousa Ferro | (PI) CIDEEFF
Carolina Ramalho dos Santos
Joana Gama Gomes

Duração

2020-2023 | 36 meses

Descrição

Este projeto de investigação visa, primeiramente, reunir, divulgar e analisar toda a jurisprudência dos tribunais portugueses que tem aplicado, ou que tem discutido a aplicação de regras de concorrência nacionais ou comunitárias, no âmbito da aplicação pública ou privada, em todas as áreas deste ramo do direito.

Palavras-chave

Direito da Concorrência; Antitrust; Direito Europeu.



GRUPO IV Crises, políticas públicas, política fiscal e o euro

O Investigador Principal deste Grupo é a Profa. Doutora Nazaré da Costa Cabral.

Este grupo tem como objetivo analisar as duas crises (a dívida soberana e as crises pandémicas) que atingiram o E(M)U nas últimas décadas e discutir a eficácia e o impacto das respostas de políticas destinadas a enfrentá-las.

O Grupo investiga as perspetivas futuras para as políticas monetárias e orçamentais na UEM, em particular as perspetivas para a Governança Económica Europeia, incluindo a revisão das regras orçamentais europeias e do seu quadro jurídico (por exemplo, o Pacto de Estabilidade).

Este Grupo irá desenvolver 4 projetos em simultâneo no período 2020-2024:

- **Projeto 1** | A resposta europeia à crise
- **Projeto 2** | A crise e a política de reforma: reconstruir o estado social e o modelo social europeu
- **Projeto 3** | Transparência orçamental
- **Projeto 4** | Instituições Públicas de Auditoria: experiência comparada durante a crise.

PROJETOS

1. ARTIGO 63º: O DIREITO À SEGURANÇA SOCIAL E A CRISE – O RETROCESSO SOCIAL COMO NORMALIZAÇÃO DO ESTADO DE EXCEÇÃO FINANCEIRA

Investigador Principal (IP) & Equipa de Investigação

Marco Capitão Ferreira | (IP) CIDEEFF

José Maria Castro Caldas

Eduardo Paz Ferreira | CIDEEFF

Nazaré da Costa Cabral | CIDEEFF

Tiago Oliveira | CIDEEFF

Clara Oliveira

Frederico Cantante

João Pedroso

Manuel Carvalho da Silva

Nuno Teles

Paulo Pedroso

Pedro Adão e Silva

Renato Miguel do Carmo

Juan Pablo Bohoslavsky

Duração

2017-2022 | 60 meses

Descrição

O principal objetivo deste projeto de investigação é analisar os efeitos da crise financeira de 2007-2008 e as suas consequências no sistema de segurança social português. Tendo em conta que a Constituição da República Portuguesa (artigo 63.º)

consagra a segurança social como um direito fundamental universal, o projeto analisará os efeitos da austeridade no período de ‘ajuste’ (2010-2014).

Pretende-se ainda analisar em que medida a crise serviu de pretexto para uma reforma do sistema de segurança social. Ao colocarem em causa as normas constitucionais, não terão estas medidas representado um permanente redimensionamento dos direitos sociais e, assim, uma reconfiguração do Estado-Providência em Portugal? Sob a pressão de um estado de carência financeira que temporariamente suspendeu e restringiu os direitos previdenciários (no caso das pensões), este período transitório não se transformou em um novo estado de normalidade, com o estado de exceção financeira normalizando?

Em parceria com

- Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Palavras-chave

Segurança Social; Proteção; Trabalho; Desemprego; Rendimento; População.

PROJETOS

2. A RESPOSTA EUROPEIA ÀS CRISES

Investigador Principal (IP) & Equipa de Investigação

Nazaré da Costa Cabral | CIDEEFF (IP)
Nuno Cunha Rodrigues | CIDEEFF
José Renato Gonçalves | CIDEEFF

Palavras-chave

Proteção social; Emprego; Desigualdades;
Política social.

Duração

2020-2023 | 36 meses

Descrição

O projeto visa analisar as duas crises distintas - a crise da dívida soberana e a crise pandémica - que atingiram a quem nas últimas décadas e discutir a eficácia e o impacto das respostas políticas destinadas a enfrentá-las. O Grupo irá investigar as perspetivas futuras para as políticas monetária e fiscal na UEM, incluindo a evolução do orçamento da UE, as perspetivas financeiras plurianuais (QFP), a criação de uma capacidade fiscal, o sistema de recursos próprios e o financiamento do orçamento da UE, e da política orçamental da UE (âmbito e desafios). A curto prazo, o grupo irá avaliar o impacto do Plano de Recuperação e Resiliência.

PROJETOS

3. EmployALL: A crise do emprego e o Estado Social em Portugal: deter a produção de vulnerabilidades sociais e de desigualdades

Investigador Principal (IP) & Equipa de Investigação

Renato Miguel do Carmo | CIES

Nazaré da Costa Cabral | CIDEEFF

Isabel Roque | CES

Frederico Cantante | CIES

Jorge Caleiras | CIES

José Castro Caldas | CES

Manuel Carvalho da Silva | CES

Paulo Pedroso | CIES

Pedro Adão e Silva | CIES

Sílvia Ferreira | CES

Nuno Nunes | CIES

Pedro Abrantes | CIES

Duração

2018-2022 | 47 meses

Descrição

Este projeto tem como objeto as relações de dependência mútua entre emprego e proteção social.

Visa dar resposta às seguintes questões de investigação:

- 1) Quais os mecanismos que ligam o emprego (desemprego, precariedade, declínio dos salários) à proteção social (a sua capacidade de resposta a exigências crescentes), e de que modo a pressão acrescida sobre o sistema de proteção social, assim como as suas debilidades, contribuem para aumentar os riscos no emprego e no desemprego?
- 2) De que modo a articulação das crises do emprego e da proteção social têm convergido na produção e na reprodução cumulativa de desigualdades, e como é que este processo pode ser revertido pelas políticas públicas?

Em parceria com:

- Centro de Investigação e Estudos em Sociologia | ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa
- Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra;
- Instituto de Ciência Sociais da Universidade de Lisboa

Palavras-chave

Proteção social; Emprego; Desigualdades; Política social

PROJETOS

4. A TERRITORIALIDADE DO DIREITO ECONÓMICO DA UNIÃO EUROPEIA

Investigador Principal (IP) & Equipa de Investigação

Nuno Cunha Rodrigues | (IP) CIDEEFF
Eduardo Paz Ferreira | CIDEEFF
Jamile Mata Diz | UFMG
Kirstyn Inglis | USP
Carlos Molina Del Pozo | UAH
Ignacio Herrera Anchustegui | UiB
Marek Martyniszyn | QUB
Pedro Infante Mota | CIDEEFF
Rute Saraiva | CIDEEFF
Miguel Sousa Ferro | CIDEEFF

Duração

2018-2022 | 49 meses

Descrição

A aplicação do direito da UE considera que deve ser respeitada uma ligação adequada com o território da União e o princípio básico da territorialidade consagrado no direito internacional público.

No entanto, em alguns casos, o direito internacional permite que os Estados exerçam jurisdição

extraterritorial. Encontrámos exceções ao princípio da territorialidade, nomeadamente na aplicação dos seguintes princípios ou teorias:

- i) Territorialidade objetiva;
- ii) Universalidade;
- iii) “Controlo efetivo”;
- iv) Nacionalidade;
- v) “Conexão substancial”;
- vi) Efeitos.

Este fenómeno – que nós designamos de “extra-territorialidade do direito económico da UE” – não pode ser notado em diferentes ramos do direito, como direito da concorrência, direito alimentar e direito do consumidor, direito ambiental e direito comercial.

Resumidamente, durante este projeto preocupámo-nos em:

- entender a nova abordagem da UE em relação ao princípio do território de acordo com o direito económico da UE e a jurisprudência do Tribunal de Justiça;

[...]

PROJETOS

4. A TERRITORIALIDADE DO DIREITO ECONÓMICO DA UNIÃO EUROPEIA

[...]

- entender como o direito económico da UE é aplicado e como o acervo comunitário está a ser recebido em países vizinhos da UE, nomeadamente países em fase de pré-adesão;
- compreender a aplicação do direito económico da UE em países terceiros;
- Compreender como as relações económicas internacionais prosseguidas pela UE podem ajudar a promover a UE e o direito económico mundial.

O projeto integrou as unidades curriculares em Direito da UE da Faculdade de Direito de Lisboa. Foi criada uma rede de pesquisa internacional para facilitar o debate e a partilha de conhecimentos entre os países envolvidos no projeto.

Palavras-chave

Direito Económico, União Europeia, Extraterritorialidade; Comércio e Concorrência.

PROJETOS TRANSVERSAIS

1. FINANÇAS SUSTENTÁVEIS: ENTRE SOLUÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

Investigador Principal (IP) & Equipa de Investigação

Rute Saraiva | (PI) CIDEEFF

Paulo Alves Pardal | (PI) CIDEEFF

Ana Paula Dourado | CIDEEFF

Pedro Infante Mota | CIDEEFF

Miguel Patrício | CIDEEFF

Guilherme W. d'Oliveira Martins | CIDEEFF

Filipe Vasconcelos Fernandes | CIDEEFF

Luciane Moessa

André Alfar

Tatiana Falcão | United Nations Sub-Committee
on Environmental Taxation)

Amparo Ruiz | Universidad Complutense de Madrid

Duração

2019-2022 | 36 meses

Descrição

O projeto visa entender como funciona o sistema financeiro atual, as pressões sociais e ambientais que enfrenta e como pode ser reconectado para criar melhor valor para a sociedade por meio de abordagens e iniciativas sustentáveis, como a integração de Meio Ambiente, Social e Governança (ESG), investimento de impacto, triagem positiva em um contexto potencializado por políticas de finanças públicas sustentáveis.

Palavras-chave

Sustentabilidade; Mercados Financeiros; Regulação; Política Orçamental; Política Fiscal; Segurança Social

Conheça as nossas
PUBLICAÇÕES

PUBLICAÇÕES | CIDEEFF WORKING PAPERS

ISSN: 2795-4218



Coordenadores

ANA PAULA DOURADO, PEDRO INFANTE MOTA,
MIGUEL MOURA E SILVA e NAZARÉ DA COSTA CABRAL

Nº5/2022

TAX GOVERNANCE

TRIBUTAÇÕES AUTÓNOMAS EM SEDE DE IRC: UMA SINOPSE PELA LEI E JURISPRUDÊNCIA

Author: Rui Marques

Nº6/2022

TAX GOVERNANCE

A MECÂNICA DO INSTRUMENTO MULTILATERAL DA OCDE (MLI)

Interpretação e Relação com as Convenções Fiscais Abrangidas. O Caso Português.

Author: Teresa Maria Feliciano Roque

PUBLICAÇÕES | THE LISBON INTERNATIONAL & EUROPEAN TAX LAW SEMINARS

ISSN: 2795-4676



Seminars Coordinators

ANA PAULA DOURADO | University of Lisbon
RITA DE LA FERIA | University of Leeds

Nº1/2022

**TAXATION OF OUTER SPACE INCOME RESULTING FROM AIR TRANSPORT OR EMPLOYMENT ACTIVITIES:
IS THE OECD MODEL CONVENTION AN APPROPRIATE TOOL?**

Author: Gaëtan Zeyen

Nº2/2022

**TO BE OR NOT B(2B)?
THE QUESTION IS ABOUT THE (SUB)DIGITAL P(F)E**

Author: Stoycho Dulevski

Nº3/2022

INTER-NATION EQUITY REVISITED

Author: Ivan Ozai

Nº4/2022

**THE IMPLICATIONS OF ADOPTING A EUROPEAN CENTRAL BANK DIGITAL CURRENCY:
A TAX POLICY PERSPECTIVES**

Author: Luisa Scarcella

Nº5/2022

**CONTEMPORARY ASPECTS OF TAX CERTAINTY:
DIGITAL TAX, GAARS AND TAX RULINGS IN THE FIELD OF FISCAL STATE AID**

Author: Vasiliki Athanasaki

[...]

PUBLICAÇÕES | THE LISBON INTERNATIONAL & EUROPEAN TAX LAW SEMINARS

ISSN: 2795-4676



Seminars Coordinators

ANA PAULA DOURADO | University of Lisbon
RITA DE LA FERIA | University of Leeds

[...]

Nº6/2022

INTERNATIONAL TAX ISSUES RELATED TO BITCOIN AND OTHER CRYPTOASSETS IN DOUBLE TAX TREATIES

Author: Daniel de Paiva Gomes & Eduardo de Paiva Gomes

Nº7/2022

“WORK ON THE MOVE”:

RETHINKING TAXATION OF LABOUR INCOME UNDER TAX TREATIES

Author: Giorgio Beretta

Nº8/2022

**VALUE CREATION, VALUE CAPTURE, AND VALUE EXTRACTION:
WHAT THEORY FOR A NEW INTERNATIONAL TAX SYSTEM?**

Author: Debora Ottoni Uébe Mansur

PUBLICAÇÕES | CIDEEFF MONOGRAFIAS

ISSN: 2795-4870



Coordenadores

ANA PAULA DOURADO, PEDRO INFANTE MOTA,
MIGUEL MOURA E SILVA e NAZARÉ DA COSTA CABRAL

Nº1/2022

TAX GOVERNANCE

A DIRETIVA ANTIELISÃO FISCAL:

DO REGIME ANTI-HÍBRIDOS EM ESPECIAL

Author: Maria Rebelo Afonso d'Albuquerque

Nº2/2022

TAX GOVERNANCE

O REGIME PORTUGUÊS DE CFC:

COMPATIBILIDADE COM O DIREITO CONSTITUCIONAL, INTERNACIONAL E EUROPEU

Autora: Dalila Alexandra Mendes Leal

PUBLICAÇÕES | REVISTA DE FINANÇAS PÚBLICAS E DIREITO FISCAL

ALMEDINA Editora



Diretor

EDUARDO PAZ FERREIRA

A capacidade de apreciar de forma isenta e informada o modo como os dinheiros públicos são geridos e como se organiza a colaboração dos cidadãos na cobertura dos gastos públicos, através dos impostos, constitui pressuposto de cidadania. Aos académicos e profissionais cabe um papel fundamental na discussão, análise e crítica dos grandes desafios que se colocam a uma área em profunda transformação, desafiada pelo esbatimento das diferenças entre a gestão pública e a privada, pela crescente internacionalização da economia e pelas inovações tecnológicas.

A Revista Portuguesa de Finanças Públicas funciona como um espaço de debate independente e qualificado. O conjunto de personalidades nacionais e estrangeiras que aceitaram, a diversos títulos, colaborar com o projecto concede-lhe um aval de qualidade e constitui-nos na obrigação de corresponder à sua confiança, bem como às expectativas da comunidade científica e profissional.

Números publicados em 2022:

Ano XIII, nº 3/4 | ISBN: 9780130391278

Disponível versão impressa em <https://www.almedina.net/revista-de-financas-publicas-e-direito-fiscal-ano-xiii-no-34-1650535846.html>

PUBLICAÇÕES | REVISTA DE CONCORRÊNCIA & REGULAÇÃO
AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA



Direção

MARIA JOÃO MELÍCIAS
MIGUEL SOUSA FERRO

A C&R foi criada em 2010 como um projeto assumidamente original, tendo como ponto de partida a cooperação científica entre o IDEFF e a Autoridade Portuguesa da Concorrência (ADC). A C&R – Revista de Concorrência e Regulação é uma publicação semestral que visa promover a reflexão e a inovação no estudo interdisciplinar de matérias relacionadas com o direito da concorrência, incluindo a sua interação com a regulação económica e financeira.

A C&R é uma publicação semestral que atua como uma plataforma de divulgação da política de concorrência, conjugando a análise e a investigação científica com a experiência prática da aplicação das regras de concorrência e fornecendo a académicos e profissionais um instrumento de trabalho de referência.

A C&R é um projeto colaborativo, aberto a todas as entidades — individuais ou institucionais — que queiram contribuir com a sua experiência prática, académica ou profissional, para a discussão destas matérias.

Números publicados em 2022:

N.º 49

Disponível versão digital em <https://www.concorrenca.pt/pt/revista/revista-de-concorrenca-e-regulacao-49>

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor



Professora Doutora
Ana Paula Dourado

ART 26. EXCHANGE OF INFORMATION

| in Ekkerhart Reimer & Alexander Rust (Eds.), Klaus Vogel on Double Taxation Conventions, 5th ed., vol.2, 2022.

PORTUGAL: INCOME FROM EMPLOYMENT AND THE BURDEN OF PROOF

| in Georg Koffler et al., Tax Treaty Case Law around the Globe 2021, Amsterdam, IBFD, 2022.

PORTUGAL: DISCRIMINATION OF PERMANENT ESTABLISHMENTS

| in Georg Koffler et al., Tax Treaty Case Law around the Globe 2021, Amsterdam, IBFD, 2022.

THE EC PROPOSAL OF DIRECTIVE ON A MINIMUM LEVEL OF TAXATION IN LIGHT OF PILLAR TWO: SOME PRELIMINARY COMMENTS

| Intertax, 50, Issue 3, pp. 200-204, <https://kluwerlawonline.com/journalarticle/Intertax/50.3/TAXI2022029>, 2022.

PILLAR TWO MODEL RULES: INEQUALITIES RAISED BY THE GLOBE RULES, THE SCOPE, AND CARVE-OUTS

| in Ekkerhart Reimer & Alexander Rust (Eds.), Klaus Vogel on Double Taxation Conventions, 5th ed., vol.2, 2022.

PORTUGAL: INCOME FROM EMPLOYMENT AND THE BURDEN OF PROOF

| Intertax, 50, Issue 4, pp. 282-285, <https://kluwerlawonline.com/journalarticle/Intertax/50.4/TAXI2022035>, 2022.

THE PILLAR TWO TOP-UP TAXES: INTERPLAY, CHARACTERIZATION, AND TAX TREATIES

| Intertax, 50, Issue 5, pp. 388-395, <https://kluwerlawonline.com/journalarticle/Intertax/50.5/TAXI2022045>, 2022.

IS THERE A NEED FOR A DIRECTIVE ON PILLAR TWO?

| Intertax, 50, Issue 6, pp. 521-526, <https://kluwerlawonline.com/journalarticle/Intertax/50.6/TAXI2022056>, 2022.

THE WORLD SPLIT IN TWO AND THE FUTURE OF THE INTERNATIONAL TAX SYSTEM

| Editorial Note, Intertax, 50, Issue 6, pp. 482-483, <https://kluwerlawonline.com/journalarticle/Intertax/50.6/TAXI2022055>, 2022.

PILLAR-TWO UNDER ANALYSIS

| Editorial, co-autora com English, J., Intertax, 50, Issue 10, pp. 670-672, <https://kluwerlawonline.com/journalarticle/Intertax/50.10/TAXI2022075>, 2022.

EDITORIAL NOTE [PRE-PUBLICATION]

| co-autora com English, J., Intertax, 50, Issue 12 [pre-publication], pp. 1-1, [https://kluwerlawonline.com/journalarticle/Intertax/50.12%20\[pre-publication\]/TAXI2022099](https://kluwerlawonline.com/journalarticle/Intertax/50.12%20[pre-publication]/TAXI2022099), 2022.

[...]

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor



Professora Doutora
Ana Paula Dourado

[...]

THE PROPOSAL FOR A DIRECTIVE ON PILLAR TWO: ADVANTAGES AND DISADVANTAGES

| in Honour of Peter Wattel, 2022.

INTRODUÇÃO: APRESENTAÇÃO, CONSTRANGIMENTOS E RECOMENDAÇÕES

| Co-autora com Garoupa, N., in Ana Paula Dourado, Nuno Garoupa, Bruno Moutinho & Claudia Marchetti da Silva, Tax Litigation in Portugal: Legal and Empirical Assessment – Resultados sobre a Litigância Fiscal no STA Acórdãos Publicados de 2018 e 2019, nº1, CIDEEFF.
Disponível em: https://www.cideeff.pt/xms/files/e-book_1_RelatorioLitiganciaFiscal_STA_2018-2019_CIDEEFF_21-10-2022.pdf, 2022.

INTRODUÇÃO: APRESENTAÇÃO, CONSTRANGIMENTOS E RECOMENDAÇÕES

| Co-autora com Garoupa, N., in Ana Paula Dourado, Nuno Garoupa, Bruno Moutinho & Claudia Marchetti da Silva, Tax Litigation in Portugal: Legal and Empirical Assessment – Resultados sobre a Litigância Fiscal no STA Acórdãos Publicados de 2018 e 2019 (Valor do litígio acima de 100 mil euros), nº2, CIDEEFF. Disponível: https://www.cideeff.pt/xms/files/e-book_2_RelatorioLitiganciaFiscal_STA_2018-2019100milEuros_CIDEEFF_11-11-2022.pdf, 2022.

TAX LITIGATION IN PORTUGAL: LEGAL AND EMPIRICAL ASSESSMENT – RESULTADOS SOBRE LITIGÂNCIA FISCAL NO CAAD:**DECISÕES ARBITRAIS PUBLICADAS DE 2016 A 2021 (VALOR DO LITÍGIO ACIMA DE 100 MIL EUROS)**

| Co-autora com Garoupa, N., Moutinho, B. & Silva, C. M., nº3, CIDEEFF. Disponível: https://www.cideeff.pt/xms/files/e-book_3_RelatorioLitiganciaFiscal_CAAD_2016-2021100milEuros_CIDEEFF_11-11-2022.pdf, 2022.

TAX LITIGATION IN PORTUGAL: LEGAL AND EMPIRICAL ASSESSMENT – RESULTADOS SOBRE LITIGÂNCIA FISCAL NO CAAD:**DECISÕES ARBITRAIS PUBLICADAS DE 2018 E 2019**

| Co-autora com Garoupa, N., Moutinho, B. & Silva, C. M., nº4, CIDEEFF. Disponível: https://www.cideeff.pt/xms/files/e-book_4_RelatorioLitiganciaFiscal_CAAD_2018-2019_CIDEEFF_11-11-2022.pdf, 2022.

DIREITO FISCAL

| 7.ª Ed., Coimbra, Almedina, 2022.

PILLAR TWO FROM THE PERSPECTIVE OF THE EUROPEAN UNION

| British Tax Review, 5, 2022.

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor



Professora Doutora
Clotilde Celorico de Palma

IMPOSTOS E CONVULSÕES SOCIAIS – ENSINAMENTOS DA HISTÓRIA E ALGUNS EPISÓDIOS EM PORTUGAL

| in Clotilde Celorico Palma (2022), Nós e os Impostos- Uma história dos Impostos em Portugal, Coimbra, Almedina, 2022.

ALGUMAS NOTAS SOBRE O ENQUADRAMENTO EM IVA DO EXERCÍCIO DO DIREITO À DEDUÇÃO DO IMPOSTO SUPOSTADO RELATIVAMENTE À DISPONIBILIZAÇÃO DE TRANSPORTE GRATUITO A TRABALHADORES

| Revista Electrónica da Associação Fiscal Portuguesa, 1, 2022.



Professor Doutor
José Renato Gonçalves

AS QUATRO LIBERDADES

| In FERREIRA, Eduardo Paz (coordenador) Integração e Direito Económico Europeu, 2.ª ed., Lisboa: A. A. F. D. L., pp. 177-255. - SBN: 978-972-629-759-8.

THE REFORM OF THE ECONOMIC GOVERNANCE OF THE E(M)U IN THE POST-COVID 19

| Co-autor com Nuno Cunha RODRIGUES e Nazaré Costa CABRAL, in MOLINA DEL POZO, CARLOS (coordenador) (2022), Hacia la Construcción de un Verdadero Proyecto Federal para la Unión Europea, A Coruña: Colex, pp. 435-457.

AUTONOMIA POLÍTICA, LEGISLATIVA E FINANCEIRA REGIONAL

| In AA VV (dir. de J. E. FRANCO), Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira, volume II, Lisboa: Theya, pp. 63-81. - ISBN: 978-989-9012-68-4 - Depósito Legal n.º 498 275/22.

THE INTERNATIONAL MONETARY AND FINANCIAL SYSTEM AND THE RIGHT TO ASSISTANCE FROM THE INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF)

| In RODRIGUES, NUNO CUNHA / CUNHA, ALICE – (coordenadores), Portuguese Economic Development and External Funding in the Modern Era, Brighton / Chicago / Toronto: Sussex Academic Press, pp. 168-191. - ISBN: 978-1-78976-132-0.

NOVOS RUMOS DE INTEGRAÇÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA NA ÁFRICA OCIDENTAL

| Boletim da Faculdade de Direito de Bissau, n.º 9 [Lisboa: AAFDL], pp. 185-213 - ISBN: 978-989-9057-19-7, Depósito legal n.º 502 434/22.

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor



Professor Doutor
Miguel Sousa Ferro

PORTUGAL

| Mass Claims Journal, 1, 64-66, 2022.

CONSUMER ANTITRUST PRIVATE ENFORCEMENT IN EUROPE

| Journal of European Competition Law and Practice, 13(8), 2022.

CONSUMER ANTITRUST PRIVATE ENFORCEMENT IN EUROPE: AS COMPLETE A SURVEY AS POSSIBLE (EXTENDED VERSION)

| Outubro de 2022, disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4223770

ACESSO À JUSTIÇA: O IMPERATIVO DO FINANCIAMENTO

| Boletim da Ordem dos Advogados, 35, 2022.

DB STATION (C-721/20): WHAT HAVE THEY DONE TO EU LAW?

| EULawLive, 2022

INTRODUÇÃO AO CONTENCIOSO DA UNIÃO EUROPEIA

| in Eduardo Paz Ferreira (coord.), Integração e Direito Económico Europeu, AAFDL, 2ª ed., 2022.

AUXÍLIOS DE ESTADO

| in Eduardo Paz Ferreira (coord.), Integração e Direito Económico Europeu, AAFDL, 2ª ed., 2022.

AÇÕES POPULARES CÍVEIS EM PORTUGAL

| Revista de Direito Comercial, 441., 2022.

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor



Professor Doutor
Miguel Patrício

THE ECONOMICS OF ADAPTATION TO CLIMATE CHANGE AND ITS MAIN CHALLENGES

| No prelo.



Professora Doutora
Nazaré Costa Cabral

THE REFORM OF THE ECONOMIC GOVERNANCE OF E(M)U IN THE POST-COVID 19

| Co-autora com Rodrigues, N. C., in Carlos Jose Molina del Pozo & Virginia Saldaña Ortega (Dir/Coord.), Hacia la Construcción de um Verdadeiro Proyecto Federal por la Unión Europea, Editorial COLEX/Universidad de Alcalá, pp. 435-454, 2022.

THE EUROPEAN MONETARY INTEGRATION TRAP: INCOMPLETE SOVEREIGNTY AND THE STATE-MIMICKING METHOD

| MPRA Working Paper No. 115245. Available at: <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/115245/>, 2022.

MODELOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS – DO RENDIMENTO INCONDICIONAL AOS ‘VOUCHERS’, PASSANDO POR SOLUÇÕES INTERMÉDIAS

| Almedina, Coimbra, 2022.

AS PME E AS TRANSIÇÕES AMBIENTAL E DIGITAL: DESAFIOS, OPORTUNIDADES E RISCOS.

| Revista Militar N.º 2/3, fev.-março 2022, pp. 151-161, 2022.

LEGISLAÇÃO BÁSICA DE FINANÇAS PÚBLICAS E DIREITO FINANCEIRO

| Co-autora com, Martins, G.W.O. & Martins, J. E., A.A.F.D.L, Lisboa, 2022.

MODELOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS – DO RENDIMENTO INCONDICIONAL AOS ‘VOUCHERS’, PASSANDO POR SOLUÇÕES INTERMÉDIAS

| Almedina, Coimbra, 2022..

AS PME E AS TRANSIÇÕES AMBIENTAL E DIGITAL: DESAFIOS, OPORTUNIDADES E RISCOS

| Revista Militar N.º 2/3, pp. 151-161, 2022.

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor



Professor Doutor
Nuno Cunha Rodrigues

UNIÃO BANCÁRIA

| in Eduardo Paz Ferreira (org.), Integração e Direito Económico Europeu, 2.ª edição, pp. 447-477, 2022.

THE REFORM OF THE ECONOMIC GOVERNANCE OF E(M)U IN THE POST-COVID 19

| Co-autor com Cabral, N.C., in Carlos Jose Molina del Pozo & Virginia Saldaña Ortega (Dir/Coord.), Hacia la Construcción de um Verdadeiro Proyecto Federal por la Unión Europea, Editorial COLEX/Universidad de Alcalá, pp. 435-454.

BOA GOVERNAÇÃO E DESPESA PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

| Revista da OHADA, 2022.

A POSSÍVEL ADESÃO DA UCRÂNIA À UNIÃO EUROPEIA

| LACES- Observatory on European Studies, disponível em <https://eurolatinstudies.com/laces/announcement/view/141>, 2022.

DESENVOLVIMENTOS RECENTES NA REGULAÇÃO DA ECONOMIA DIGITAL PELA UNIÃO EUROPEIA

| LACES- Observatory on European Studies, disponível em: <https://eurolatinstudies.com/laces/announcement/view/169>, 2022.

A UTILIZAÇÃO DE CRITÉRIOS SOCIAIS NO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS

| in Gonçalo Guerra Tavares, Comentário ao Código dos Contratos Públicos, 6.ª edição, 2022.

A TRIBUTAÇÃO DOS DIVIDENDOS PAGOS A ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO (OIC): REVISITANDO A TRIBUTAÇÃO DE RENDIMENTOS PASSIVOS POR ENTIDADES NÃO-RESIDENTES À LUZ DO DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA

| Revista do CAAD, 2022, no prelo.

GEOGRAPHICAL RESTRICTIONS TO THE IMPORTATION OF NATURAL GAS TO THE EU: BETWEEN PROHIBITION OF TERRITORIAL CLAUSES AND SECURITY SUPPLY EXCEPTIONS

| In Elgar Handbook of Energy and Competition Law, no prelo.

PORTUGUESE ECONOMIC DEVELOPMENT AND EXTERNAL FUNDING IN THE MODERN ERA

| Co-autor com N. C. & Cunha, Sussex Academic Press, 2022.

INTRODUCTION

| Co-autor com N. C. & Cunha, in Rodrigues, N. C. & Cunha, A. (2022), Portuguese Economic Development and External Funding in the Modern Era, Sussex Academic Press, 2022.

THE IMPACT OF THE 2011 TROIKA INTERVENTION IN PORTUGAL ON THE NATIONAL LEGAL FRAMEWORK

| in Rodrigues, N. C. & Cunha, A. (2022), Portuguese Economic Development and External Funding in the Modern Era, Sussex Academic Press, 2022.

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor



Professora Doutora
Paula Rosado Pereira

Manual de IRS

| 4.ª Edição, Almedina, Coimbra, 2022 – (ISBN: 978-989-40-0737-1), 2022.

Convenções sobre Dupla Tributação no Atual Direito Fiscal Internacional

| 2.ª Edição, Almedina, Coimbra, 2022 – (ISBN: 978-989-40-0728-9), 2022.

Online platforms and taxes in the EU- A compatible match?

| *in Dário Moura Vicente, Sofia de Vasconcelos Casimiro, Chen Chen (Coord.) - The Legal Challenges of the Fourth Industrial Revolution, Springer Ed. (no prelo).*



Professor Doutor
Paulo Alves Pardal

The European Communities Pre-Accession Aid to Portugal: A Dynamic Process

| In Nuno Cunha Rodrigues & Alice Cunha (eds.), Portuguese Economic Development and External Funding in the Modern Era, Sussex Academic Press, 2022..

Articulação entre o Direito da União e os Direitos dos Estados-membros

| In Eduardo Paz Ferreira (coord.), Integração e Direito Económico Europeu , AAFDL, 2ª Edição, 2022.

PUBLICAÇÕES | Publicações por autor



Professor Doutor
Pedro Infante da Mota

ACORDOS COMERCIAIS PREFERENCIAIS

| Almedina, Coimbra, 2022.

ECONOMIC MIGRATION, THE LAST FRONTIER

| Journal of Applied Business and Economics, Vol. 24(1), pp. 93-113, 2022.

CONFERÊNCIAS e SEMINÁRIOS

CONFERÊNCIAS e SEMINÁRIOS | Ciclo de conferências «Pensar a Economia: dez livros, dez debates fundamentais»

PORTUGAL E O MUNDO NUMA ENCRUZILHADA - PARA ONDE VAMOS NO SÉCULO XXI?

| 2 de março de 2022 | [veja mais aqui...](#)

THE EUROPEAN MONETARY UNION AFTER THE CRISIS: FROM A FISCAL UNION TO FISCAL CAPACITY

| 17 de março de 2022 | [veja mais aqui...](#)

O FUTURO JÁ NÃO É O QUE NUNCA FOI - UMA TEORIA DO PRESENTE

| CONFERÊNCIA- 24 de março de 2022 | [veja mais aqui...](#)

PORTUGAL - LIBERDADE E ESPERANÇA - UMA VISÃO PARA PORTUGAL 2030

| 8 de abril de 2022 | [veja mais aqui...](#)

A ERA DO NÓS - PROPOSTAS PARA UMA DEMOCRACIA DE BEM COMUM

| 26 de abril de 2022 | [veja mais aqui...](#)

AS 10 QUESTÕES DA PANDEMIA - O EFEITO ECONÓMICO DA CATÁSTROFE COVID-19

| 5 de maio de 2022 | [veja mais aqui...](#)

COMO SALVAR UM MUNDO DOENTE

| 19 de maio de 2022 | [veja mais aqui...](#)

NO SONHO SELVAGEM DO ALQUIMISTA

| 2 de junho de 2022 | [veja mais aqui...](#)

O TRABALHO AQUI E AGORA: CRISES, PERCURSOS E VULNERABILIDADES

| 23 de junho de 2022 | [veja mais aqui...](#)

MUDAM-SE OS TEMPOS, MANTÉM-SE OS DESAFIOS

| 30 de junho de 2022 | [veja mais aqui...](#)

CONFERÊNCIAS e SEMINÁRIOS | outras iniciativas

TRANSPosição PARA PORTUGAL DO NÍVEL MÍNIMO MUNDIAL DE TRIBUTAÇÃO DE GRUPOS & PILAR 2: PERSPETIVAS & INTERROGAÇÕES

| CONFERÊNCIA - 21 de fevereiro de 2022 | [veja mais aqui...](#)

COULD GLOBAL FORMULARY APPORTIONMENT BE KEY TO EQUITABLE TAXATION OF EXTRACTIVE INDUSTRIES? AN EMPIRICAL STUDY

| SEMINÁRIO - 24 de fevereiro de 2022 | [veja mais aqui...](#)

CONTEMPORARY ASPECTS OF TAX CERTAINTY: DIGITAL TAX, GAARS AND TAX RULINGS IN THE FIELD OF FISCAL STATE AID

| SEMINÁRIO - 10 de março de 2022 | [veja mais aqui...](#)

HYBRID INTERTAX & CIDEEFF “SEMINAR ON PILLAR TWO”

| SEMINÁRIO - 21 e 22 de abril de 2022 | [veja mais aqui...](#)

A UNIÃO EUROPEIA E INVASÃO DA UCRÂNIA

| CONFERÊNCIA - 29 de abril de 2022 | [veja mais aqui...](#)

A EXTRATERRITORIALIDADE DO DIREITO ECONÓMICO DA UNIÃO EUROPEIA

| CONFERÊNCIA - 12 e 13 de maio de 2022 | [veja mais aqui...](#)

O DIREITO À SEGURANÇA SOCIAL NAS PERIFERIAS CAPITALISTAS

| CONFERÊNCIA - 19, 25 e 27 de maio de 2022 | [veja mais aqui...](#)

A SEGURANÇA SOCIAL NOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA: EXPERIÊNCIAS E APRENDIZAGENS

| CONFERÊNCIA - 30 e 31 de maio de 2022 | [veja mais aqui...](#)

THE ROLE OF TAX INCENTIVES

| SEMINÁRIO - 3 de junho de 2022 | [veja mais aqui...](#)

OS BENEFÍCIOS FISCAIS AO INVESTIMENTO

| CONFERÊNCIA - 6 de junho de 2022 | [veja mais aqui...](#)

[...]

CONFERÊNCIAS e SEMINÁRIOS | outras iniciativas

[...]

EU & INTERNATIONAL TAX RECENT DEVELOPMENTS

| 14.ª edição do Curso de Verão do GREIT- 20 a 24 de junho de 2022 | [veja mais aqui...](#)

FINANÇAS SUSTENTÁVEIS: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

| CONFERÊNCIA - 4 de julho de 2022 | [veja mais aqui...](#)

LITIGÂNCIA TRIBUTÁRIA EM PORTUGAL: ESTUDO JURÍDICO E EMPÍRICO – APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

| CONFERÊNCIA - 11 e 12 de junho de 2022 | [veja mais aqui...](#)

APRESENTAÇÃO PÚBLICA DO ORÇAMENTO DE ESTADO 2023

| SEMINÁRIO - 12 de outubro de 2022 | [veja mais aqui...](#)

OLHANDO AS ELEIÇÕES INTERCALARES NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

| CONFERÊNCIA - 8 de novembro de 2022 | [veja mais aqui...](#)

Órgãos Sociais

Conselho Diretivo

Diretor

Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado

Vice-Diretores

Prof. Doutor José Renato Gonçalves

Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues

Vogais do Conselho Diretivo

Prof.ª Doutora. Nazaré da Costa Cabral

Prof. Doutor. Miguel Moura e Silva

Prof. Doutor. Pedro Infante Mota

Coordenador Emérito

Prof. Doutor. Eduardo Paz Ferreira

Conselho Científico

Constituído por todos os Doutores do Grupo de Ciências Jurídicas-Económicas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Comissão Externa de Acompanhamento

Constituída por reputados Cientistas e Investigadores Portugueses e estrangeiros na área do Direito Europeu, Económico, Financeiro e Fiscal.

CIDEEFF

PRESTA CONTAS 2020 a 2022

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E PUBLICAÇÕES
DO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM DIREITO
EUROPEU, ECONÓMICO FINANCEIRO E FISCAL
DO ANO 2020, 2021 e 2022.

-
Edição | *Published by*

Centro de Investigação em Direito Europeu, Económico,
Financeiro e Fiscal | *Centre for Research in European,
Economic, Fiscal and Tax Law*

www.cideeff.pt | cideeff@fd.ulisboa.pt

-
Design & Produção | *Design & Production*

OH! Multimedia - mail@oh-multimedia.com

| [voltar ao índice geral](#) |